

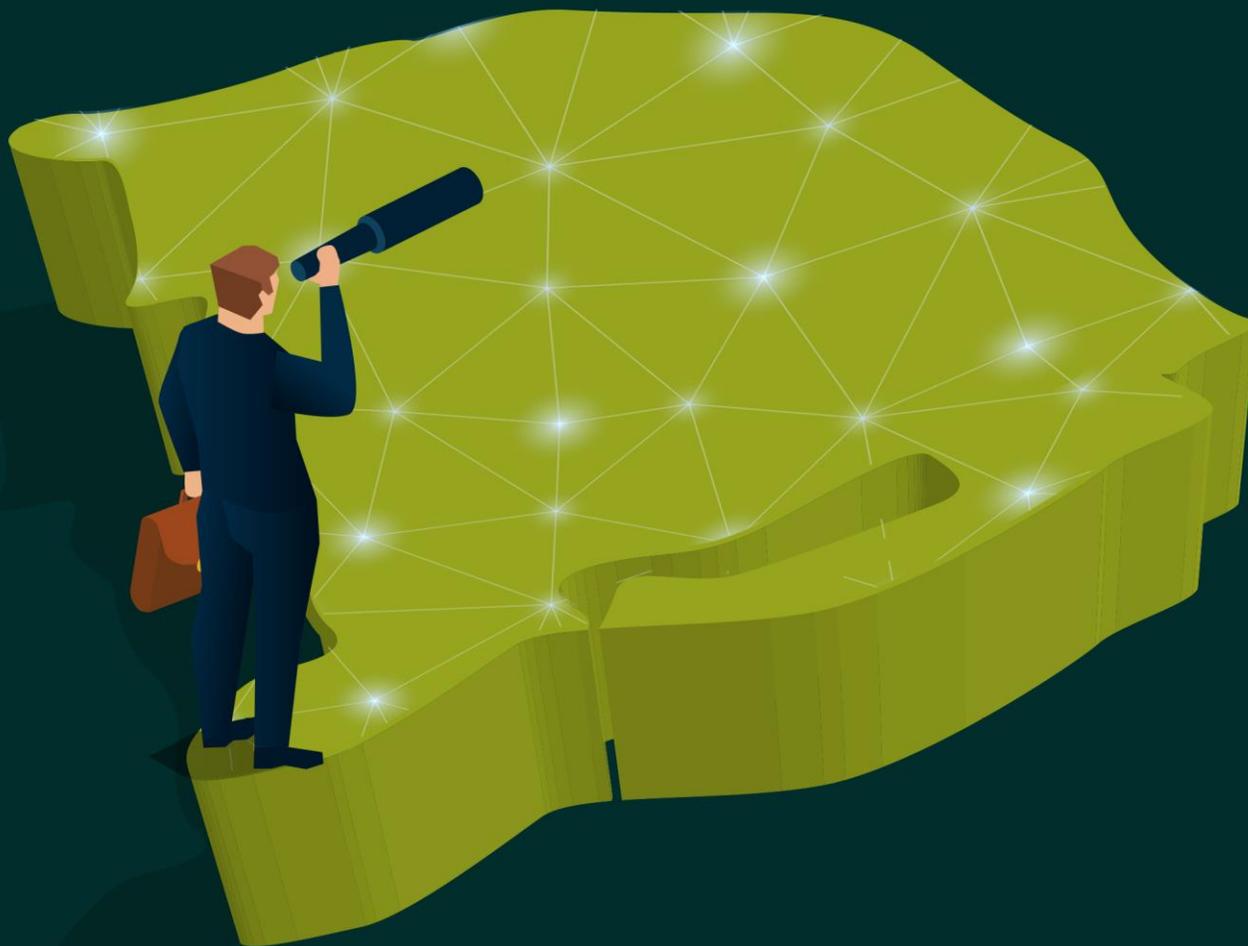
PATROCÍNIO

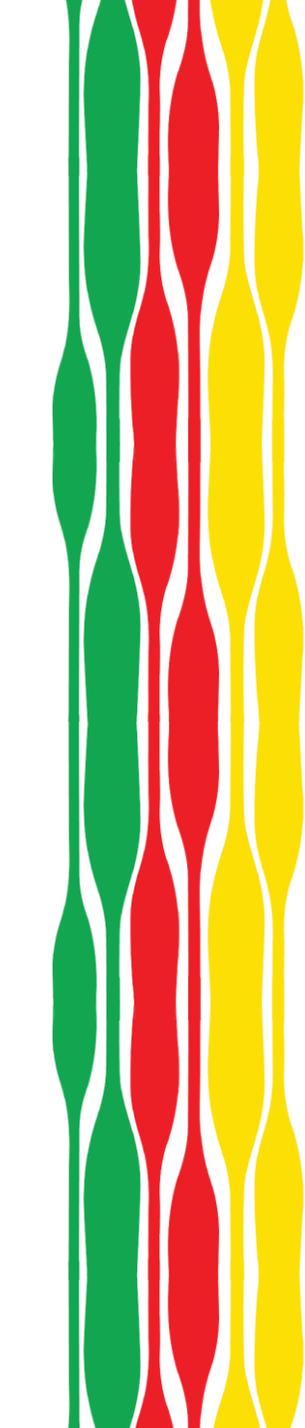


CENSO QUALITATIVO - 2020-21

O RIO GRANDE APÓS A PANDEMI

AGRONEGÓCIO - INDÚSTRIA - COMÉRCIO -
EMPREGO - SAÚDE - GESTÃO PÚBLICA





O RIO GRANDE APÓS A PANDEMIA

Estudo sobre os impactos da pandemia, as críticas e as expectativas sobre as medidas econômicas e o papel da Assembleia Legislativa e dos Deputados nesse processo de retomada

Relatório de pesquisa

Janeiro de 2021



PATROCÍNIOS

A pesquisa foi realizada pelo IPO a pedido do Confirma Brasil para a Assembleia Legislativa, com os seguintes patrocinadores:



O QUE BUSCAMOS COMPREENDER?

As condições do ambiente produtivo, competitivo e social da economia do RS no pós-pandemia, a partir das percepções de lideranças políticas, sindicais e de entidades do setor produtivo: indústria, comércio e agronegócio.



COMO FIZEMOS

Metodologia: Censo das lideranças regionais das principais entidades que compõem o Estado do RS. A divisão de região seguiu a distribuição do cadastro de cada entidade ou a distribuição das regiões do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Entidades representadas nesse estudo: FEDERASUL, FIERGS, FARSUL, FECOAGRO, FAMURS, FECOMÉRCIO, OCERGS, SEBRAE, FETAG.

Público-alvo: Presidentes, vice-presidentes, diretores regionais e Prefeitos.

Número de entrevistas: Total de 429 entrevistas.

Data da realização: 03 de dezembro de 2020 a 07 de janeiro de 2021.

Técnica de análise: Híbrida, analisando quantitativamente os dados percentuais do censo e qualitativamente os argumentos apresentados pelos entrevistados.



Distribuição das entrevistas no RS



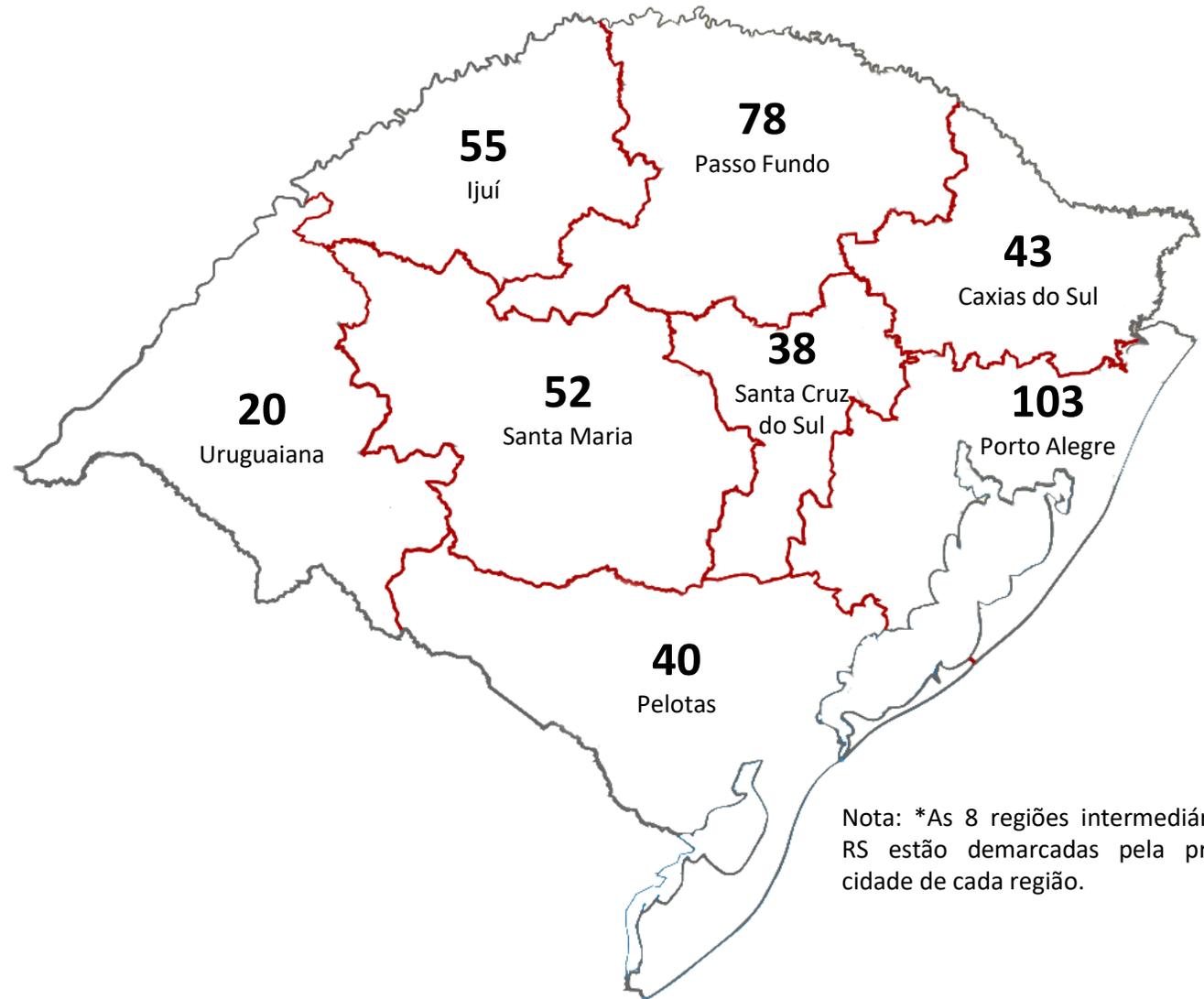
Quem não respondeu ao estudo?

Observação: Os cruzamentos desse relatório de pesquisa foram gerados via software estatístico. O mesmo não tem as colunas arredondadas (100%). O cálculo de arredondamento é realizado diretamente do *sistema*.

DISTRIBUIÇÃO DAS ENTREVISTAS NO RS*

OCERGS	167
FAMURS	60
FECOMÉRCIO	56
FIERGS	42
FARSUL	31
FECOAGRO	28
FETAG	23
FEDERASUL	19
SEBRAE**	03
TOTAL	429

Nota ** No SEBRAE foram entrevistados os membros da diretoria: Superintendente, Diretor Técnico e Diretor Administrativo Financeiro.



Nota: *As 8 regiões intermediárias do RS estão demarcadas pela principal cidade de cada região.

QUEM NÃO RESPONDEU AO ESTUDO?

- As lideranças afetadas pela **mudança na rotina** que a **Covid-19** ocasionou. Tanto os que foram acometidos **fisicamente** pelo vírus e não estavam em condições de responder, como os que estavam em **home office**, visto que o cadastro continha os contatos profissionais dos entrevistados.
- Os que estavam em recesso pelo **período festivo** (próximo do natal e ano novo).
- Os líderes com problemas de compatibilidade nas **agendas pessoais** (viagens, férias...).



LÓGICAS QUE COMPÕEM O ESTUDO

01 Os impactos da
pandemia

02 As ações para a
retomada econômica

03 Expectativa com as
políticas públicas

04 O papel dos
municípios

05 O papel do
Legislativo gaúcho

06 O apoio à
sociedade

07 Avaliação do Programa
Escolha de Valor

08 Perfil dos
entrevistados

01

OS IMPACTOS DA PANDEMIA

Impacto econômico da pandemia

Pensando na sua área de atuação, a pandemia trouxe perdas financeiras para o seu setor no ano de 2020?	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Trouxe perdas financeiras ao setor	59,4	52,0	66,7	70,5	76,7	44,4
O quadro se manteve	28,9	36,3	16,7	17,9	20,0	37,8
Houve ampliação dos negócios	11,4	11,3	16,7	11,5	3,3	17,8
Não sabe	0,2	0,5	--	--	--	--

Todos os setores acusaram perdas financeiras com a pandemia, com exceção do agronegócio. As áreas de comércio, serviços e turismo sofreram maior impacto. Mas, ainda em 2020, alguns setores deram sinais de recuperação no segundo semestre.

Perda estimada em 2020

E qual foi o percentual de perdas estimadas para 2020, em comparação a 2019? (%)

Em relação a **59,4%** que tiveram perdas no setor

28,3% de perda (em média)

...e qual % de perda ↓

Cooperativas	Para os 44,4% desse setor que tiveram perda → 40,8
Indústria	Para 66,7% desse setor que tiveram perda → 32,9
Comércio	Para 70,5% desse setor que tiveram perda → 30,3
Agronegócio	Para 52,0% desse setor que tiveram perda → 28,7
Gestão pública	Para 76,7% desse setor que tiveram perda → 15,7

8,6%
Não sabem

Ausência de estimativa,
por segmento ↓

15,2% Gestão pública

14,3% Indústria

9,1% Comércio

5,7% Agronegócio

Setor público: impactado, mas com menor percentual de perda



A gestão pública é o segmento que mais se sentiu prejudicado, 76,7% dos prefeitos afirmam que houve redução do orçamento. Apontam que ocorreu a diminuição da arrecadação, mas que foram “socorridos” pelos repasses do Governo Federal. Resultando em um índice de perda de 15,7%.

Os gestores públicos temem que o ano de 2021 seja deficitário pela tendência de não ter mais repasses emergenciais do Governo Federal.

“ | As perdas financeiras

“Houve perda. Estamos falando aqui de comércio, serviço e turismo. Esse segmento ainda está com 3,9% de perda. Já acumulou mal, mas isso é o que ainda está acontecendo agora. Então acredito que 4% foi a perda global. **Comércio**

“Sim, houve perdas. Até maio a gente tinha perdido praticamente 17% quase 18%. Agora, pelos números que a gente tem, nós vamos chegar no final do ano com uma retração em torno de 1,6%. Houve uma boa retomada a partir de junho, mas ainda assim vamos ter perda.” **Indústria**

“Na verdade, é difícil né (...) a gente teve perda sim na arrecadação, mas o Governo Federal compensou isso com recursos. No final do ano se manteve por conta disso, dessa compensação que o Governo Federal fez (...) Esses recursos que recebemos esse ano para compensar não devem vir no ano que vem. Isso com as consequências econômicas da pandemia e sem o auxílio do Governo Federal, a perspectiva é de queda.” **Gestão pública**

Perspectiva de faturamento para o setor em 2021

E qual a perspectiva de faturamento do setor para 2021, é de...	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Aumento	53,1	55,9	52,4	57,7	31,7	62,2
Manutenção	31,9	28,4	40,5	32,1	40,0	28,9
Queda	13,5	15,2	7,1	9,0	23,3	6,7
Não sabe	1,4	0,5	--	1,3	5,0	2,2

Motivo de 53,1% projetarem crescimento em 2021

Por qual motivo tem essa perspectiva?	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Pela retomada econômica	30,3	20,2	36,4	40,0	42,1	42,9
Ampliação do comportamento de consumo	15,4	14,9	27,3	22,2	--	7,1
Espera por condições climáticas favoráveis	7,9	14,9	--	2,2	--	--
Pelas medidas do governo	6,1	6,1	4,5	6,7	5,3	7,1
Crescimento do agronegócio	6,1	7,9	9,1	2,2	5,3	3,6
Aumento dos preços/preços dos produtos agrícolas	5,3	8,8	4,5	2,2	--	--
Pela chegada da vacina	4,4	0,9	4,5	8,9	15,8	3,6
Pela ampliação das exportações	3,9	7,0	4,5	--	--	--
Pelos investimentos realizados	3,5	2,6	4,5	4,4	--	7,1
Tem esperança, acredita no aumento, mas depende da pandemia	3,1	1,8	4,5	4,4	5,3	3,6
Ampliação da Cooperativa	2,2	2,6	--	--	--	7,1
Aumento na demanda na área dos transportes	1,8	3,5	--	--	--	--
Retorno às aulas	1,8	1,8	--	2,2	--	3,6
Investimento em tecnologia	1,3	1,8	--	2,2	--	--
Outros*	5,5	3,6	--	2,2	21,0	14,4
Não sabe	1,3	1,8	--	--	5,3	--

*Outros: Soluções criativas (0,9%); Pelas projeções das receitas municipais (0,9%); Correção tributária (0,9%); Reestruturação logística no transporte (0,4%); Aumento da demanda dos serviços (0,4%); Procura por créditos aumentará (0,4%); Expansão das aulas online (0,4%); Retomada das contribuições escolares (0,4%); Procura da matéria prima (0,4%); Geração de emprego (0,4%).

30,3%

Possuem perspectiva de crescimento pela **RETOMADA ECONÔMICA**

- A retomada econômica envolve uma série de fatores. Conforme o segmento há uma perspectiva distinta:

Agronegócio – não foi impactado pela pandemia, mas pela estiagem. Com condições climáticas favoráveis estimam crescimento pelo aumento de preços de produtos agrícolas, ampliação do consumo e das exportações.

Indústria – o setor avalia crescimento, pela retomada após a pandemia e aumento do consumo.

Comércio – a economia no setor já vem crescendo. A demanda reprimida, causada pela pandemia, deverá ter vazão em 2021. A expectativa é de que a vacina impulse esse processo de retomada.

Gestão pública – é o setor com menor previsão de crescimento, tanto pela perspectiva de diminuição da arrecadação como pela incerteza de novos repasses especiais do Governo Federal.

Cooperativas – diversas áreas em crescimento impactadas por investimentos do governo, de infraestrutura. Também pela exportação e as *commodities*.

“ | A retomada econômica

“Aumento. Porque a gente já retornou a um patamar melhor que esperávamos e a economia nesse setor vem crescendo. Temos a expectativa que teremos um crescimento de 2,5% no próximo ano.” **Comércio**

“Aumento. Na verdade, é uma perspectiva relacionada à exportação e o mercado está mostrando uma retomada de ritmo. Então isso, para nós que trabalhamos com máquinas e automação, significa que vamos ter um ano um pouco mais produtivo comparado com o ritmo de 2019, a não ser que a pandemia não cesse e fique dessa maneira que se encontra. Mas se a economia for estável e não acontecer nenhuma desgraça, a perspectiva é de crescimento de pelo menos 5% nesse ano.” **Indústria**

“Aumento. Em virtude do próprio desaquecimento desse ano, as coisas tendem a voltar ao normal após a vacina. Por isso a expectativa é de que haja um aumento em relação a 2020.” **Comércio**

Motivo de 31,9% projetarem manutenção em 2021

Por qual motivo tem essa perspectiva?	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Pela situação econômica	17,5	15,5	11,8	36,0	12,5	7,7
Devido à estiagem	11,7	22,4	--	--	12,5	--
Situação da pandemia	10,9	12,1	5,9	4,0	20,8	7,7
Falta de demanda no setor/baixa oferta do mercado	8,8	5,2	5,9	16,0	4,2	23,1
Manutenção do consumo	7,3	12,1	5,9	8,0	--	--
Alto custo dos insumos/preços	6,5	8,6	11,8	8,0	--	--
Pelas medidas do governo	5,8	5,2	--	4,0	12,5	7,7
Pelo faturamento do setor no último ano	5,8	5,2	5,9	--	8,3	15,4
Pela ampliação das exportações	4,4	1,7	23,5	--	--	7,7
Instabilidade no mercado/incertezas	4,4	--	--	4,0	12,5	15,4
Oferta de crédito com juros baixos/queda das taxas de juros	3,6	3,4	5,9	--	8,3	--
Preço do dólar/taxa de câmbio	2,2	3,4	5,9	--	--	--
Pelo apoio dos cooperados/sócios	2,2	5,2	--	--	--	--
Retorno da maioria dos alunos às aulas	1,5	--	--	4,0	--	7,7
Outros*	5,6	--	11,8	12,0	8,4	7,7
Não sabe	1,5	--	5,9	4,0	--	--

*Outros: Por conta da tributação do Estado (0,7%); Pela inflação (0,7%); Perda do auxílio dos apoiadores (0,7%); O crescimento do município compensará a perda de 2020 (0,7%); Queda de tributos (0,7%); Desemprego (0,7%); Vai depender dos investimentos do Estado (0,7%); Governo do RS está preocupado em aumentar impostos (0,7%).

Motivo de 13,5% projetarem queda em 2021

Por qual motivo tem essa perspectiva? (%)	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Devido a estiagem	20,7	35,5	--	--	7,1	--
Alto custo dos insumos/Falta de matéria prima	12,1	12,9	33,3	14,3	7,1	--
Situação da pandemia	10,3	9,7	--	--	21,4	--
Retração do emprego formal/diminuição de mão de obra	10,3	9,7	--	14,3	7,1	33,3
Pela situação econômica	8,6	--	66,7	42,9	--	--
Incerteza sobre ajuda econômica do Governo	5,2	3,2	--	14,3	7,1	--
Pelo valor do ICMS	5,2	--	--	--	21,4	--
Área da educação não tem como recuperar	5,2	3,2	--	--	--	66,7
Não conseguirá repassar o custo de produção para o consumidor	3,4	6,5	--	--	--	--
Preço do dólar/inflação	3,4	3,2	--	14,3	--	--
Pelas medidas do governo	1,7	3,2	--	--	--	--
Pela falta de perspectiva de crescimento do segmento	1,7	3,2	--	--	--	--
Estado de recessão	1,7	--	--	--	7,1	--
Falta de consumo	1,7	3,2	--	--	--	--
Outros*	5,1	3,2	--	--	14,2	--
Não sabe	3,4	3,2	--	--	7,1	--

*Outros: Reflexo do ano de 2020 (1,7%); Diminuição na produção (1,7%); Inadimplência de pessoas físicas (1,7%).

Os impactos e as “dores” variam conforme o segmento

Agronegócio

(28,7% de perda)

Teve perdas pelas condições climáticas, **estiagem**.

Indústria

(32,9% de perda)

Pela situação da economia e pela **falta de matéria-prima/produtos**.

Comércio

(30,3% de perda)

Pela situação geral da economia. O **consumo foi reprimido**, intensificado pelos decretos municipais restritivos.

Gestão pública

(15,7% de perda)

Em razão do contexto global. Houve um **prejuízo social e econômico causado pela pandemia**. Reclamam do valor do ICMS, mas afirmam que foi vital o repasse do Governo Federal.

Cooperativas

(40,8% de perda)

Têm dificuldade de recuperar as perdas causadas pela pandemia (**educação, empreendedorismo**) e aumento do desemprego.

“ | Os principais motivos da queda

“Queda. Levando em consideração vários fatores. Na nossa região, o setor primário, a agropecuária, responde muito pelas receitas municipais. Como tivemos uma grande estiagem entre 2019 e 2020, a produção diminuiu muito. Somando-se a isso a questão da pandemia. Então esses dois fatores, com certeza, estiagem mais pandemia, vão determinar uma redução nas receitas, nos impostos.” **Gestão pública**

“Queda. Para nós aqui é queda, por causa da estiagem. Na primeira safra de milho tiveram lavouras que variaram de 90% até lavouras que não tiveram problemas, que foram plantadas mais tarde. Mas vai ter perda sim, no feijão, a bacia leiteira foi muito afetada pela estiagem.” **Agronegócio**

“Queda. Se perdeu na produção, a diminuição da área plantada mesmo com aumento do valor, melhoria no preço do arroz, da soja, nós tivemos um ICMS baixo. E com toda essa circunstância de pandemia, acredito que nós tenhamos uma queda na arrecadação.” **Gestão pública**

Percepção do destino do capital de giro emergencial

Pelo que o(a) Sr.(a) tem acompanhado, qual tem sido a destinação do capital de giro emergencial utilizadas pelo seu setor?	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Para ter fluxo de caixa	35,7	34,8	35,7	47,4	28,3	28,9
Para pagar salários/pagamento de participação nos resultados	23,5	16,2	35,7	26,9	28,3	33,3
Repor estoques	5,6	5,9	11,9	9,0	--	--
Custear nova modelagem	4,2	5,9	--	2,6	3,3	4,4
Ampliar os negócios	4,2	4,9	--	1,3	6,7	6,7
Indenizar funcionários demitidos	1,9	1,5	2,4	2,6	1,7	2,2
Pagamento de dívidas	1,6	1,0	2,4	1,3	5,0	--
Outros*	4,5	2,0	2,4	--	21,6	2,2
Não foi utilizado/não precisou/não recebeu	13,3	20,6	7,1	3,8	1,7	17,8
Não sabe	5,6	7,4	2,4	5,1	3,3	4,4

*Outros: Investimento na saúde (1,2%); Equilíbrio financeiro (0,7%); Investimento em educação (0,7%); Geração de novos postos de trabalho e mão de obra (0,7%); Acesso a crédito (0,5%); Consumo da população (0,5%); Repor as perdas de ICMS (0,2%).

81,2%

Dos representantes afirmam que seu segmento utilizou o **CAPITAL DE GIRO EMERGENCIAL**

59,2%

Desses consideram que os principais destinos do capital de giro emergencial foram o **FLUXO DE CAIXA** e os **PAGAMENTOS**

- **FLUXO DE CAIXA** foi a principal demanda do **COMÉRCIO**.
- Na **INDÚSTRIA**, destaca-se o uso do capital de giro emergencial para o **PAGAMENTO DE SALÁRIOS** e a **REPOSIÇÃO DE ESTOQUES**.
- **GESTORES PÚBLICOS** destacam a destinação para o **CUSTEIO DE DESPESAS** e a **REPARAÇÃO DE PERDAS DA PANDEMIA**.
- O **AGRONEGÓCIO** e as **COOPERATIVAS** foram os segmentos que **MENOS UTILIZARAM** o capital. Quando recorreram ao recurso, foi para **AMPLIAR OS NEGÓCIOS** ou fazer **NOVOS INVESTIMENTOS**.

“ | Destinos do capital emergencial

“Eu diria que a maior importância hoje é fazer fluxo de caixa. Se pudesse, escolheria múltiplas respostas. Em 2020 gastamos muito com demissões então perdemos muito capital de giro e hoje precisamos desse recurso para fazer fluxo de caixa, retomar estoque, fazer com que a empresa se mantenha viva.” **Comércio**

“A princípio, foi para pagar dívidas que ficaram lá do início da pandemia quando fechou tudo. E depois algumas empresas usaram para pagar algumas demissões e também manter um pequeno fluxo de caixa.” **Indústria**

“Pagamento de salários, principalmente. Muito importante essa manutenção dos empregos. Nossa economia gira em torno do consumo, então manter os empregos é fundamental para que não haja uma retenção.” **Comércio**

02

AS AÇÕES PARA A RETOMADA ECONÔMICA

Fator determinante para a retomada da economia

Em sua opinião, a retomada da dinâmica da economia do RS depende	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Estímulo ao empreendedor	30,3	28,9	16,7	30,8	33,3	44,4
Manutenção da isenção de impostos	22,8	27,0	19,0	20,5	16,7	20,0
Fomento a competitividade	21,2	16,7	35,7	29,5	28,3	4,4
Redução tributária/reforma tributária	6,1	2,9	9,5	10,3	10,0	4,4
Auxílio dos bancos estatais	4,7	6,9	2,4	--	3,3	6,7
Estudo sobre novos investimentos (infraestrutura/tecnologia)	1,9	1,5	2,4	--	1,7	6,7
Enxugamento da máquina pública	1,4	0,5	4,8	2,6	--	2,2
Condições climáticas propícias	1,2	2,0	--	--	--	2,2
Processo de vacinação para normalizar a economia	1,2	1,0	--	--	1,7	4,4
Fortalecimento do setor primário	0,9	1,5	--	1,3	--	--
Outros*	5,2	7,0	2,4	3,9	5,1	2,2
Não sabe	3,3	4,4	7,1	1,3	--	2,2

*Outros: Segurança para novos investidores (licenciamento ambiental, política fiscal) (0,7%); Reforma trabalhista (0,5%); Acesso ao crédito (0,5%); Cenário político (0,5%); Menos burocracia (0,5%); Geração de emprego (0,5%); Trabalho individual de cada empresa (0,5%); Parceria entre população, empresas e governo (0,5%); Incentivo a indústria (0,2%); Incentivo ao setor público (0,2%); Políticas públicas para a agricultura familiar (0,2%); Manutenção dos empregos (0,2%); Diminuição dos preços (0,2%).

74,3%

avaliam que a retomada da dinâmica da economia do RS depende de 3 fatores: **ESTÍMULO AO EMPREENDEDOR + MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO DE IMPOSTOS + COMPETITIVIDADE**

- A visão de que a retomada econômica passa pela oferta de ESTÍMULOS AO EMPREENDEDOR é mais presente entre as COOPERATIVAS. Esse estímulo inclui a redução da burocracia e a menor interferência do Estado sobre a iniciativa privada.
- A ideia de ISENÇÃO DE IMPOSTOS segue a mesma linha de análise, de facilitar a atividade produtiva, sendo mais frequente entre os entrevistados do AGRONEGÓCIO.
- A própria isenção ou mesmo a redução da carga tributária é apontada como um caminho para aumentar a COMPETITIVIDADE do Estado, atributo essencial para a INDÚSTRIA.

“ | A importância da competitividade

“O que nós precisamos é de competitividade. Precisamos urgentemente de competitividade, em todos os setores, e dedução de impostos.” **Indústria**

“Eu não tenho dúvida que nós passamos pela competitividade, não vou dizer que estimule a isenção de impostos, mas isenções tributárias pontuais para dar competitividade para o Estado é essencial. Eu dou exemplo pelos laticínios, a produção de laticínios do Rio Grande do Sul se não tiver um incentivo fiscal ela não tem competitividade.” **Agronegócio**

“De tudo um pouco. Tem que ter um ambiente favorável ao empreendedorismo.” **Gestão pública**

O que as empresas precisam para retomada

E pensando na sobrevivência das empresas e na retomada da produtividade e da competitividade. O(a) Sr.(a) diria que elas necessitam...	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Do acesso ao crédito/incentivo ao empreendedorismo	38,0	41,2	26,2	39,7	40,0	28,9
De soluções criativas	23,1	21,6	31,0	24,4	18,3	26,7
De nova modelagem de negócios	17,9	18,6	16,7	19,2	15,0	17,8
De cadeias locais	5,8	3,9	9,5	5,1	13,3	2,2
De colaboração	3,7	2,9	2,4	3,8	1,7	11,1
Redução da carga tributária trabalhista	3,0	3,4	7,1	2,6	1,7	--
Melhorar a logística	1,2	0,5	--	--	3,3	4,4
Não interferência do Estado	0,7	0,5	--	1,3	--	2,2
Outros*	3,4	4,5	4,8	1,3	3,4	2,2
Não sabe	3,0	2,9	2,4	2,6	3,3	4,4

*Outros: Desburocratização (0,5%); Novas tecnologias (0,5%); Fatores climáticos favoráveis (0,5%); Melhor condução da pandemia pelo governo estadual (0,5%); Retomada do faturamento (0,2%); Custo do estado (0,2%); Equacionamento do crescimento das empresas (0,2%); União entre governo estadual e federal (0,2%); Novas formas para o governo estadual competir com outros estados (0,2%); Medidas econômicas implementadas pelo governo (0,2%); Auxílio as cooperativas de educação (0,2%).

As empresas precisam de apoio financeiro e estratégico...

38,0%

**ACESSO AO
CRÉDITO**

Um acesso ao crédito desburocratizado, com olhar para as particularidades de cada setor.



23,1%

**SOLUÇÕES
CRIATIVAS**

Encontrar novas formas para as dificuldades. A tecnologia é uma aliada para auxiliar em soluções criativas.



17,9%

**NOVA
MODELAGEM DE
NEGÓCIOS**

Nova modelagem de negócios a fim de diminuir custos, para ser mais competitivo.

“ | Crédito para incentivar o empreendedorismo

“De tudo um pouco. Primeiro, crédito é importante, acesso a crédito específico.” **Gestão Pública**

“As empresas grandes estão estabilizadas. A minha preocupação é com as micro e pequenas empresas, que têm pouco incentivo. As grandes vão continuar, mas os pequenos precisam de apoio. Eles dependem disso.” **Gestão Pública**

“O acesso ao crédito e com juros baixos. Isso seria importante pois possibilitaria investimentos ao empreendedor no crescimento dos negócios e conseqüentemente melhorias para o consumidor.” **Comércio**

Ação para incentivar a competitividade

E para incentivar a competitividade de empresas e dos produtos gaúchos o(a) Sr.(a) indicaria...	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Reavaliar a estrutura tributária do RS	50,3	47,5	57,1	64,1	50,0	33,3
Incentivar as cadeias produtivas e a cooperação	27,7	28,9	23,8	23,1	23,3	40,0
Investir em tecnologia/ter espírito inovador	9,1	8,3	7,1	7,7	10,0	15,6
Investir no aumento da produtividade	7,5	10,8	4,8	2,6	6,7	4,4
Diminuir a burocracia	0,9	2,0	--	--	--	--
Ser mais próximo dos municípios	0,5	--	--	--	3,3	--
Outros*	1,6	--	2,4	--	6,8	4,4
Não sabe	2,1	2,0	4,8	2,6	--	2,2

*Outros: Alertar a sociedade que o ensino privado foi sucateado esse ano (0,2%); Conjunto de medidas para que se permaneçam nos negócios (0,2%); Adequação das indústrias para processos de produção e qualificação (0,2%); Investir em logística (0,2%); Mais segurança jurídica (0,2%); Utilizar mais o Badesul e o BNDES (0,2%); Estruturar melhor o Estado (0,2%).

50,3%

Consideram que para incentivar a competitividade de empresas e dos produtos gaúchos é necessário **REAVALIAR A ESTRUTURA TRIBUTÁRIA DO RS**

- O debate sobre os **tributos** já é uma **demanda reprimida** do setor produtivo, que intensificou-se com a pandemia.
- Todos os setores identificam o problema como um empecilho para a competitividade, principalmente o setor da **indústria e comércio**.
- O imposto é considerado alto, aumenta o custo dos produtos e faz com que o RS perca em competitividade para outros estados, como Santa Catarina.

Uma carga tributária equilibrada estimula cenários mais competitivos para os setores produtivos...



27,7%

Consideram que para incentivar a competitividade de empresas e dos produtos gaúchos é necessário **INCENTIVAR AS CADEIAS PRODUTIVAS E A COOPERAÇÃO**

- A pandemia estimulou experiências de cooperação, principalmente no setor cooperativo.
- As soluções para incentivar as cadeias produtivas requerem:



“ O peso da carga tributária

“Acho que tem que avaliar toda a questão do Estado, principalmente as questões dos gastos e investimentos que precisam ser feitos.” **Indústria**

“É muito complexa essa questão dos impostos, a gente passa a não ser competitivo e a gente não pode, enfim, seguir no mercado pela concorrência desleal.” **Agronegócio**

“Quanto mais parcerias nós fizermos tanto a nível de mercado interno quanto de mercado externo, será maior o fator de crescimento. E o mais importante de tudo é que pudemos pôr o resultado duplo, chamado empresarial, mas para nós é resultado, sobras, vai diretamente para quem ajudou a construir esse mundo cooperativo. Nós temos mais de dois bilhões previstos de resultado. E esse recurso vai ficar nessas comunidades que construíram essa riqueza.” **Cooperativas**

Como melhorar a produtividade e garantir empregos

Dentre as opções que irei ler, qual a sua sugestão ou projetos para melhorar a produtividade e garantir o emprego...	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Redução de impostos e desonerações	62,9	67,2	69,0	74,4	38,3	51,1
Lei emergencial de financiamento da pequena empresa	9,1	8,8	14,3	5,1	11,7	8,9
Incentivos liberados durante pandemia devem se tornar programas permanentes	8,6	9,3	2,4	7,7	15,0	4,4
Programas de financiamento de obras públicas municipais (saneamento)	4,2	1,0	4,8	5,1	11,7	6,7
Políticas públicas de estímulo à produtividade	4,0	2,9	2,4	2,6	8,3	6,7
Alongamento dos prazos de recolhimento de impostos	3,3	2,9	7,1	1,3	1,7	6,7
Maior acesso ao crédito/financiamentos	1,4	0,5	--	--	5,0	4,4
Outros*	4,6	4,5	--	2,6	6,7	11,0
Não sabe	1,9	2,9	--	1,3	1,7	--

*Outros: Mudar estrutura do Estado/reduzir a burocracia (0,9%); Investimento em tecnologia (0,9%); Diálogo entre o Estado e os municípios (0,7%); Políticas de desenvolvimento social (0,7%); Investir no cooperativismo (0,5%); Subsídios para o setor primário (0,5%); Investir em transporte para melhorar escoamento da produção (0,2%); Incentivo aos municípios (0,2%).

62,9%

propõem **REDUÇÃO DE IMPOSTOS E DESONERAÇÕES** para melhorar a produtividade e garantir empregos

Querem uma carga tributária justa, que permita a competitividade



- A narrativa de redução de impostos levanta o mesmo debate já visto até aqui.
- Consideram os impostos pesados para as empresas. Soma-se a esse custo a falta de **infraestrutura** e a falta de investimento em **tecnologia**.

🗨️ | Redução de impostos para maior produtividade

“A redução dos impostos se torna mais palpável e mais rápida para nós.” **Indústria**

“Redução de impostos e desonerações. É isso aí, isso aí é o que nós temos que fazer. A desoneração da folha acho que dá uma perda muito grande para o Estado. Mas principalmente diminuir imposto, que aí vai ter maior consumo, vai sobrar mais dinheiro na mão do consumidor. Caso contrário não tem como, o cara está só pagando, pagando, pagando. Agora tem o tal de IPVA aí. Isso aí é uma roubalheira. E agora o cara tem que pagar. Quem é bom condutor tem até 25% de desconto, mas mesmo assim fica caro. É só imposto.” **Comércio**

“A redução de impostos é importante, até pra ser mais competitivo aqui na nossa região (...) Para se tornar mais produtivo tem que se aumentar a eficiência, o Governo tem que estar mais próximo do empreendedor.” **Gestão pública**

Como apoiar a indústria e o comércio no enfrentamento da recessão provocada pela pandemia

A indústria e o comércio sofrem com a recessão provocada pela pandemia. Em sua opinião, qual dessas possibilidades que irei ler devem ser a prioridade para enfrentá-la...	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Desonerações das empresas e incentivos fiscais	34,5	33,8	33,3	46,2	23,3	33,3
Linhas de crédito (como incentivo ao consumo)	26,6	25,0	16,7	20,5	36,7	40,0
Incentivo a competitividade	10,7	13,7	14,3	11,5	3,3	2,2
Tecnologia	10,5	11,8	14,3	7,7	8,3	8,9
Oferta de capital (financiamento)	8,9	7,8	11,9	10,3	11,7	4,4
Investimento em educação	1,2	0,5	--	1,3	1,7	4,4
Liberação do comércio para poder trabalhar	1,2	2,0	2,4	--	--	--
Combate a pandemia	0,9	1,0	2,4	--	1,7	--
Menos interferência do poder público	0,7	0,5	2,4	--	--	2,2
Redução da carga tributária	0,7	--	--	--	5,0	--
Desburocratização e políticas públicas efetivas	0,5	--	--	--	3,3	--
Outros*	1,0	0,5	--	1,3	5,1	--
Não sabe	2,6	3,4	2,4	1,3	--	4,4

*Outros: Reforma tributária (0,2%); Interferir no aumento de preços da alimentação e materiais de construção (0,2%); Recuperação e geração de empregos (0,2%); Estimular o aumento do consumo (0,2%); Negociação sem diminuição das receitas (0,2%).

34,5%

indicam que as **DESONERAÇÕES DAS EMPRESAS E INCENTIVOS FISCAIS** são prioridades para enfrentar a recessão

- A desoneração das empresas aquece o mercado porque aumenta a produção, as vendas e motiva o consumo.
- Mas a desoneração por si só, não gera resultado, ela precisa ser conduzida junto de:

Desburocratização

Políticas públicas

**Ações de incentivo
nas áreas de inovação**

- Em contrapartida, principalmente para o setor público, em momentos de recessão, se faz ainda mais necessário um olhar estratégico para as áreas prioritárias a serem desoneradas. Para os líderes são aquelas áreas que tem capacidade de aquecer o mercado, aquelas que conseguem dar um retorno econômico a curto prazo, como a construção civil.

26,6%

recomendam o acesso às **LINHAS DE CRÉDITO** como prioridade para enfrentar a recessão

- A linha de crédito é prioridade em momentos de recessão, principalmente para os setores que foram mais afetados pela crise.

Principais narrativas:

O problema não está na falta de oferta da linha de crédito...

mas na burocracia para conseguir acessá-lo...

E na falta de programas de educação financeira, para melhor uso desse crédito

“ | Desoneração e crédito para sair da crise

“Oferta de capital, porque se nós tivermos uma oferta de capital decente e justa tu consegues fazer os demais porque tu vais atrás da tecnologia, tu vais atrás de exclusividade e assim sucessivamente. Ninguém mais quer benefício fiscal, todo mundo quer uma igualdade.” **Indústria**

“As empresas em dificuldades vão precisar de linhas de créditos, sem dúvida. Agora se tu tiveres uma linha de crédito e uma isenção fiscal, claro que vai ajudar mais. Na questão emergencial eu consideraria linha de crédito.” **Agronegócio**

“Desoneração e desburocratização são importantes políticas públicas efetivas na condução do pequeno e médio produtor. No agronegócio existem ações de incentivo às áreas de inovação e criação de *startups* pelo projeto Inova RS do Governo, mas efetivamente o que o Inova RS propõe? É muita discussão e pouco resultado.” **Gestão pública**

Percepção sobre o papel do agronegócio diante da crise

A crise econômica global provoca cortes abruptos nos orçamentos familiares, para que se privilegiem os alimentos. Dentre essas opções, como o agronegócio prevalecerá...	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Com o cooperativismo sendo o grande aliado do crescimento da produção e geração de renda	34,3	45,6	16,7	19,2	8,3	60,0
Como âncora da recuperação econômica	27,3	18,1	52,4	38,5	33,3	17,8
Com o bom desempenho das lavouras e da pecuária, que continuará sendo favorecido pela exportação	11,4	6,9	16,7	14,1	21,7	8,9
Com a necessidade urgente de incentivo às áreas de estiagem	11,2	14,2	4,8	14,1	6,7	4,4
Com programas especiais de incentivo aprovado pelos parlamentos e governos	5,4	2,5	7,1	7,7	15,0	--
Com programas de segurança alimentar	4,4	6,9	--	5,1	1,7	--
Fomento ao agronegócio/linhas de crédito	2,6	2,9	--	1,3	5,0	2,2
Investimentos em tecnologia para ajudar na produção	0,9	--	--	--	6,7	--
Outros*	1,6	1,0	2,4	--	1,7	6,6
Não sabe	0,9	2,0	--	--	--	--

*Outros: Respeito ao produtor em relação ao custo, plantio e valor de venda (0,7%); Mudar a ótica diplomática (0,5%); Investimento em infraestrutura (0,2%); Boa produção agrícola alavanca a economia (0,2%).

O agronegócio é o fio condutor na recuperação econômica

O agronegócio é o setor que a pandemia não impactou. O que afetou o setor foi a severa estiagem do último ano.

34,3%

avaliam que o agronegócio prevalecerá com o **COOPERATIVISMO SENDO O GRANDE ALIADO DO CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO E GERAÇÃO DE RENDA**



27,3%

analisam que o agronegócio prevalecerá como a **ÂNCORA DA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA**

A atenção dado ao setor tem que estar voltada ao incentivo às áreas de estiagem.

“ | O cooperativismo como um dos pilares do Agro

“A agropecuária é sempre a âncora do negócio, a gente já tem experiência ao longo dos anos que, quando temos safras boas, a situação econômica do RS é positiva. A gente nota o aumento.” **Indústria.** [visão da indústria sobre o papel do agronegócio]

“Eu acho que através do cooperativismo nós temos grandes oportunidades de desenvolvimento no Agro.” **Agronegócio**

“Nós precisamos ver o seguinte, esse é um setor que não foi prejudicado pela pandemia. Porque as pessoas não pararam de comer, não pararam de se alimentar e se tu olhares as exportações do agronegócio, nós temos um PIB de 40%. Então, esse é um setor que não foi prejudicado pela pandemia. O PIB desse setor é um PIB que cresceu.” **Gestão Pública**

De quais fatores depende a recuperação econômica no pós-pandemia?

Imaginando a recuperação econômica do pós-pandemia, ela depende de algum desses fatores...	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Redução da carga tributária	40,1	38,7	59,5	50,0	30,0	24,4
Fortalecimento de micro e pequenas empresas	22,4	21,1	14,3	26,9	21,7	28,9
Incentivo às empresas	11,9	12,3	7,1	11,5	13,3	13,3
Mais trabalho/estimular trabalho	10,0	12,3	7,1	5,1	11,7	8,9
Relação de proximidade com o Governo Federal	3,5	2,0	2,4	1,3	5,0	13,3
Investimentos do Governo do Estado	3,0	3,9	2,4	1,3	1,7	4,4
Atuação dos deputados	2,3	3,4	--	1,3	1,7	2,2
Mudança no Pacto Federativo	1,4	0,5	--	--	8,3	--
Outros*	4,2	4,5	4,8	2,6	6,8	2,2
Não sabe	1,2	1,5	2,4	--	--	2,2

*Outros: Setor agropecuário (0,7%); Enxugamento da máquina pública (0,7%); Aplicação da vacina no combate a pandemia (0,7%); Cooperativismo (0,5%); Mão de obra qualificada (0,5%); Incentivo a agricultura (0,5%); Estímulo ao empreendedorismo (0,2%); Engajamento dos três poderes para o desenvolvimento da área de educação (0,2%); Buscar de soluções e fomento aos empresários(0,2%).

40,1%

Consideram que a recuperação econômica do pós-pandemia depende da **REDUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA**

- A redução da carga tributária reforça o debate sobre **competitividade**.
- Para ser competitivo com os outros estados, o RS precisa:

**Reduzir
impostos**

**Melhorar a
infraestrutura**

**facilitar a
logística**

**Desburocratizar
processos**



“ | Menor tributação, maior competitividade

“A redução da carga tributária para que a gente realmente tenha mais competitividade, entra de novo na competitividade do produto, tendo redução a gente tem competitividade. A competitividade tem uma posição muito mais ampla, nós estamos logisticamente no Sul do país, automaticamente isso tem um custo maior do que o custo de quem está no Centro, a gente compra matéria-prima do Centro do país, produz aqui, um dos lugares onde o salário mínimo regional é o mais alto e depois redistribui novamente para o Brasil, isso tem um custo muito grande que atrapalha muito a competitividade da indústria gaúcha.” **Indústria**

“Tem que ter uma reforma tributária no Brasil, que é uma coisa que está ali há 30 anos para sair, como a reforma da previdência, a reforma trabalhista. E a reforma tributária ela tem que caminhar nessa direção. O Brasil é pobre e paga imposto. Tem que criar uma condição, com a reforma tributária, que tu desenvolvas o país também pela sua política tributária.” **Gestão pública**

Estimativa de tempo que a indústria e comércio levarão para voltar ao patamar de consumo

Pelas estimativas do seu segmento, em quantos anos a indústria e o comércio devem voltar ao patamar de consumo de antes da pandemia, tendo como referência fevereiro de 2020	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Menos de 1 ano	8,6	7,8	9,5	10,3	10,0	6,7
1 ano	14,7	12,3	19,0	12,8	15,0	24,4
2 anos	35,7	37,7	28,6	43,6	31,7	24,4
3 anos	12,8	11,8	4,8	14,1	16,7	17,8
4 anos	3,3	2,0	--	1,3	10,0	6,7
5 anos	6,8	6,4	16,7	3,8	5,0	6,7
6 anos	0,2	0,5	--	--	--	--
7 anos	0,2	0,5	--	--	--	--
8 anos	0,2	0,5	--	--	--	--
10 anos	1,4	1,0	7,1	1,3	--	--
Não há como estabelecer prazo possível	14,7	18,1	11,9	11,5	11,7	11,1
As perdas jamais se recuperarão	1,4	1,5	2,4	1,3	--	2,2
Média (em anos)*	2,3	2,3	2,9	2,1	2,2	2,2

*Média de tempo calculada com a exclusão das variáveis “Não há como estabelecer prazo possível” e “As perdas jamais se recuperarão.”

“ | Média de dois anos para retornar ao patamar de consumo

“Dois anos mais para recuperar, se tudo correr bem. Mas como não temos um horizonte ainda, geralmente leva uns três anos, ainda temos um horizonte com Covid né.” **Agronegócio**

“A seca do ano passado custou quase 47% da safra da soja. Se fosse só a pandemia ela se recuperaria em três meses, porém nós temos que recuperar dois ou três anos a grande seca do ano passado.” **Cooperativa**

“Eu acredito que depois do segundo semestre, a gente vai ter opções de começar a recuperação, e daí acredito eu mais uns dois anos.” **Gestão pública**

03

**EXPECTATIVA
COM AS
POLÍTICAS PÚBLICAS**

Qual impacto da redução de impostos sobre produtos gaúchos e criação de novas alíquotas?

Em sua opinião, a redução de impostos sobre produtos gaúchos e criação de novas alíquotas será determinante para...	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Ampliação do consumo/vendas	54,8	51,0	47,7	61,6	51,7	71,1
Oferta de vaga de trabalho	22,8	27,0	19,0	20,5	20,0	15,6
Impacto sobre a arrecadação	8,9	10,8	11,9	2,6	11,7	4,4
Aumentar a competitividade/produtividade	3,3	2,0	2,4	6,4	3,3	4,4
Amortecer flutuações econômicas	2,6	3,4	2,4	1,3	1,7	2,2
Trabalhar por uma reforma tributária/ combate a sonegação	1,6	2,0	--	--	5,0	--
Outros*	1,6	0,5	7,2	--	5,0	--
Não sabe	4,4	3,5	9,6	7,7	1,7	2,2

*Outros: Não adianta reduzir e não saber aplicar (0,7%); Não tem uma ação específica (0,5%); Investimento em tecnologia (0,2%); Excesso de funcionários no setor (0,2%).

Menos impostos, mais desenvolvimento

A redução de impostos e a criação de novas alíquotas é determinante para a **ampliação do consumo e das vendas (54,8%)**.

A desoneração permitiria melhores preços e maiores vendas. No mesmo sentido, o aumento da demanda exigiria a qualificação da oferta, impactando o mercado de trabalho e resultando em impostos para o Estado.



“ | Desoneração transformada em emprego e consumo

“Essa diminuição de tributos interna no RS vai fazer com que muitos lojistas daqui não comprem de outros estados e a gente já provou que isso não diminuiu a arrecadação, pelo contrário. Há geração de emprego em função do maior número de vendas, que automaticamente eleva todos os outros índices juntos, como o aumento de receita.”

Indústria

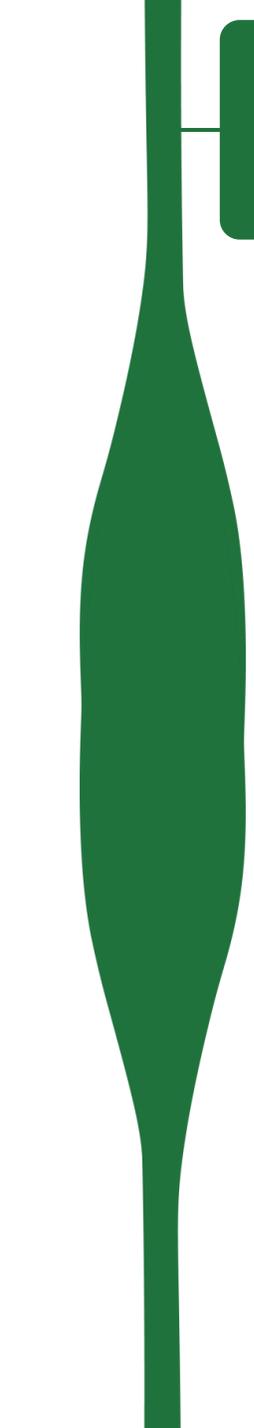
“Vai impactar na economia, não temos dúvida nenhuma que não temos espaço para aumento de impostos, então na minha opinião vai dar competitividade para o Rio Grande.”

Agronegócio

“A redução do ICMS do nosso Estado se vir junto de políticas públicas de apoio ao empreendedorismo, eu acho que é fundamental. Só a redução também não adianta, tem que ter um trabalho conjunto. Tem que fazer parte de um processo, de um programa de apoio a geração de emprego e renda.” **Gestão pública**

Instituições financeiras que devem atender as ações emergenciais

As ações emergenciais em auxílio a micro, pequenas e médias empresas devem prioritariamente ser atendidas por/pelo...	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Todos os bancos públicos	54,3	50,5	57,1	61,5	60,0	48,9
Todos os bancos	10,3	7,8	9,5	11,5	16,7	11,1
Banrisul	9,6	8,8	9,5	12,8	6,7	11,1
Cooperativas de Crédito	5,1	7,4	4,8	2,6	--	6,7
BRDE	4,2	5,4	--	2,6	3,3	6,7
BNDES	4,0	5,9	7,1	1,3	--	2,2
Sicredi	4,0	6,4	--	1,3	5,0	--
Banco do Brasil	3,0	4,4	2,4	2,6	1,7	--
Caixa Econômica Federal	1,9	0,5	2,4	3,8	5,0	--
Badesul	0,9	0,5	2,4	--	1,7	2,2
Bancos privados	0,9	--	4,8	--	--	4,4
Bancos públicos e cooperativas	0,9	0,5	--	--	--	6,7
Não sabe	0,9	2,0	--	--	--	--



68,8%

Afirmam que **TODOS OS BANCOS PÚBLICOS** devem atender ações emergenciais em auxílio a micro, pequenas e médias empresas

Prevalece o discurso em defesa de que **TODOS OS BANCOS PÚBLICOS** devem atender ações emergenciais em auxílio a micro, pequenas e médias empresas.

Dentro desse debate há os que defendem que a escolha do banco vai depender da **origem do auxílio**: quando vindos do **Governo Federal** devem ser responsabilidade dos **bancos públicos federais** (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil). Quando vindos do **Governo Estadual**, do **Banrisul**.



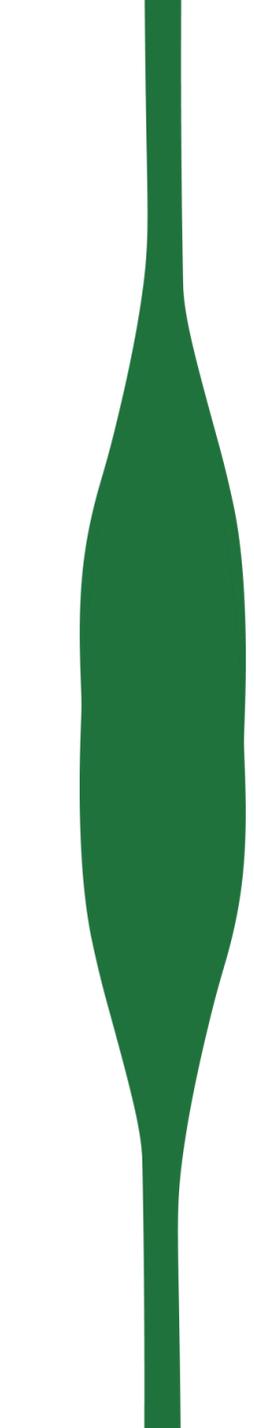
Todos os bancos públicos para atender ações emergenciais

“Todos os bancos públicos devem ter como prioridade, mas o que acontece na nossa região o que está atuando forte é o sistema de banco cooperativa, do Sicredi, do Sicoob (...) tem gente pegando verba de financiamento para Pronaf, investimentos, que é dinheiro do Governo Federal que vem pelo BNDES através do Sicredi e do Sicoob, eu acho que tem que priorizar os bancos públicos estatais e depois as cooperativas. Deixar os bancos particulares para mais tarde.” **Agronegócio**

“Se esses auxílios vierem do Governo Federal tem que ser Banco do Brasil e, principalmente, a Caixa Econômica Federal. Agora, nas ações do Governo do Estado, eu sempre fui defensor de o Estado ter um banco público como o Banrisul. Eu acho que tem que ser pelo Banrisul (...). Acho que as políticas públicas de apoio ao micro e pequeno no Estado têm que ser feitas pelo Banrisul.” **Gestão pública**

De quem deve ser a atribuição da estabilidade política e jurídica que garanta investimentos?

A estabilidade política e jurídica, que garanta investimentos, devem ser atribuição...	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Do Congresso	38,9	46,1	38,1	34,6	26,7	31,1
Do Presidente	21,9	21,1	14,3	30,8	20,0	20,0
Integração de vários poderes	12,1	7,8	19,0	9,0	25,0	13,3
Dos governadores	10,7	8,8	14,3	7,7	10,0	22,2
Do STF	8,4	5,9	14,3	10,3	8,3	11,1
Prefeito	2,1	2,0	--	5,1	1,7	--
Do MPF	1,4	2,5	--	--	--	2,2
Agentes financeiros	0,5	1,0	--	--	--	--
FAMURS	0,5	--	--	--	3,3	--
Poder judiciário	0,5	--	--	1,3	1,7	--
Entidades	0,2	0,5	--	--	--	--
Não sabe	2,8	4,4	--	1,3	3,3	--



Os poderes políticos (tanto Legislativo como Executivo) são os que devem conceder estabilidade política e jurídica que garanta investimentos.

Essa narrativa tem uma relação direta com o voto. Quem deve garantir a estabilidade são os agentes políticos eleitos pelo povo.

38,9%
Poder
Legislativo

Na narrativa, a **insegurança jurídica** é o tema central. Há ênfase na prerrogativa de ser do Legislativo o papel de fazer as leis, para minimizar a judicialização da política.

**Estabilidade política e
jurídica que garanta
investimentos**

10,3%
Poder
Judiciário

Principalmente pelo STF. Para que não tenham interpretações variadas da lei na hora dos julgamentos.

34,7%
Poder
Executivo

Quem defende a figura do Presidente e Governadores para representar a estabilidade.



Atribuição da estabilidade política e jurídica que garanta investimentos

“Eu acho que é uma atribuição política. Não acredito na judicialização, pelo MP ou pelo STF nós não vamos ter estabilidade. Isso aí vai ser do poder político emanado do povo, os governadores e deputados.” **Agronegócio**

“Dos poderes públicos em geral. Tem que ter harmonia, cooperação entre eles também. Porque o país está dividido sob o ponto de vista político e isso não serve para o crescimento e desenvolvimento, então todos os poderes públicos têm que cooperar entre si.”

Cooperativa

“Quem tem que fazer leis é o Congresso Nacional, a justiça tem que cumprir leis, então a segurança jurídica tem que vir do Congresso Nacional. Hoje, o que nós estamos vivendo é o seguinte: tu assinas um contrato no país sobre um regramento, dois minutos depois tem um juiz de plantão com uma liminar dizendo que isso não funciona. Isso cria uma insegurança tremenda.” **Gestão pública**

Soluções para contenção do aumento da pobreza

Focando soluções para conter o aumento da pobreza, além dos índices já existentes, pode-se propor...	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Programas locais de moradia social e de frentes de trabalho	27,9	29,4	23,8	26,9	27,9	26,7
Programas Emergenciais de Renda Mínima para vulneráveis	19,8	18,6	21,4	15,4	28,3	20,0
Previsão orçamentária com repasses federais para políticas sociais	15,2	15,7	21,4	12,8	10,0	17,8
Políticas pública de geração de empregos	11,4	11,3	11,9	15,4	11,7	4,4
Programa Estadual de Distribuição de Cestas Básicas/distribuição de alimentos aos municípios	5,6	6,4	2,4	6,4	3,3	6,7
Funcionamento de restaurantes solidários com banco de alimentos	4,0	3,9	4,8	3,8	1,7	6,7
Flexibilização das leis trabalhistas/facilidade de contratação	3,0	2,0	9,5	3,8	1,7	2,2
Programa de investimento em educação	2,8	3,4	2,4	3,8	--	2,2
Programa de capacitação/cursos de qualificação	2,1	0,5	--	5,1	--	8,9
Outros*	4,0	4,0	2,4	2,6	11,7	--
Não sabe	4,0	4,9	--	3,8	3,3	4,4

*Outros: Estímulo ao empreendedorismo/empresas (1,8%); Projeto de políticas públicas para desenvolvimento social (1,6%); Mais fiscalização (0,2%); Cooperativismo (0,2%); Melhorar a saúde (0,2%).

Há quatro frentes para conter o aumento da pobreza:

29,4%

Programas assistenciais

Renda mínima para vulneráveis, distribuição de cestas básicas, restaurantes solidários.

27,9%

Programas de moradia e de frentes de trabalho

Para evitar o assistencialismo, criar condições dignas de moradia e criar frentes de trabalho e renda, recolocando essas pessoas no mercado de trabalho.

15,2%

Apoio do Governo Federal

Com previsão orçamentária de repasses federais para políticas sociais.

14,4%

Geração de emprego

Políticas públicas para gerar emprego, flexibilização de leis trabalhistas, estímulo ao empreendedorismo.

“ | A contenção da vulnerabilidade social

“Tem que ser um programa que tenha um pouquinho de cada um desses. Tem que ter um programa que assista as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social, de assistência, tem que ter um outro programa junto de capacitação e de realocação dessas pessoas no mercado de trabalho. Tem que ter um programa de desenvolvimento de geração de emprego e de renda.” **Gestão pública**

“Programa básico, fazer com que a população carente hoje tenha a opção de trabalho e renda. E esse trabalho também pode ser executado via as cooperativas de captação, de trabalho, educacionais e fazer funcionar bem o Sistema S, para que a população possa adquirir um nível educacional em qualquer área que ela atue. É fundamental isso.” **Cooperativa**

“Que o Governo destinasse dinheiro para assistência social do município (...). A Prefeitura deveria proporcionar uma fonte de renda dando trabalho, desburocratizar isso. Você arruma um terreno e pega esse pessoal dando renda mínima onde a pessoa tem vocação: tem gente que gosta de produzir hortaliça, faz uma horta boa, tu podes fazer produção de mudas. Podes colocar esse pessoal para construção civil para fazer as obras que faltam no município, para construir até casas populares para eles mesmos que estão nessa situação de falta de habitação. Os municípios deveriam dar assistência, mas dando trabalho para as pessoas não incentivo à ociosidade.” **Agronegócio**

04

O PAPEL DOS MUNICÍPIOS

Proposta para gestão local no pós-pandemia

Do ponto de vista da gestão local (cidades), o que é indispensável propor para o pós-pandemia...	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Alteração urgente e significativa no Pacto Federativo (Fundo de Participação dos Municípios)	29,1	23,5	28,6	29,5	56,7	17,8
Enxugamento – corte por um ano de reajuste ao funcionalismo e extinção de cargos	28,0	26,0	38,1	41,0	11,7	26,7
Instituir programas de cooperação – sociedade/empresas/prefeitura – de atenção social	16,6	19,6	11,9	10,3	6,7	31,1
Programa que resolva o déficit histórico de saneamento básico dos municípios	7,5	8,3	9,5	10,3	3,3	2,2
Ampliação e reestruturação do SUS local	5,8	7,8	4,8	3,8	1,7	6,7
Revisão da Emenda 95 – que congela reajuste de recursos da saúde até 2036	4,2	4,4	--	2,6	6,7	6,7
Outros*	4,9	4,0	7,2	1,3	11,7	4,4
Não sabe	4,0	6,4	--	1,3	1,7	4,4

*Outros: Reforma administrativa do Estado/Pais (0,9%); Geração de emprego (0,9%); Redimensionar o tamanho do Estado para apoiar o setor produtivo (0,7%); Programa integrado de desenvolvimento local e regional (0,5%); Facilitar a vinda de novas empresas (0,5%); Os políticos precisam ter credibilidade (0,5%); Investir no sistema S/apoio a sociedade (0,5%); Questão previdenciária (0,2%); Empreendedorismo (0,2%).

57,1%

Consideram que o indispensável para as gestões locais no pós-pandemia é a alteração do **PACTO FEDERATIVO** e **ENXUGAMENTO** da máquina pública

Melhorar a gestão financeira dos municípios envolveria, fundamentalmente, duas iniciativas: pleitear uma alteração significativa no **PACTO FEDERATIVO** (acordo para a distribuição dos recursos da união) e o **ENXUGAMENTO DOS CUSTOS COM O FUNCIONALISMO**, tanto pela extinção de cargos quanto pelo corte no reajuste de salários.

A revisão do **PACTO FEDERATIVO** é uma meta considerada indispensável, especialmente pelos **GESTORES PÚBLICOS**, que atuam diretamente na negociação junto ao Governo Federal.

O **ENXUGAMENTO DO FUNCIONALISMO** seria prioritário para a **INDÚSTRIA** e o **COMÉRCIO**, enquanto que as **COOPERATIVAS** apontam a necessidade de **INSTITUIR PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO PARA ATENÇÃO SOCIAL**.

“ | Pacto por uma melhor gestão dos recursos

“Pacto Federativo e automaticamente junto com o Pacto Federativo essa questão do controle de gastos que é fundamental, ninguém pode gastar mais do que arrecada.” **Indústria**

“Primeiro o Pacto Federativo...mais municípios e menos Brasília. O dinheiro mais fiscalizado é o dos municípios, é onde as pessoas convivem, onde as pessoas vivem e onde está o menor percentual da distribuição dos impostos. Chega a 66% na união, estados vinte e poucos por cento e na nossa cidade fica em torno de 10% de retorno dos impostos. As pessoas vivem aqui e é aqui que as coisas acontecem. Então é fundamental ter um novo Pacto Federativo.” **Gestão Pública**

“Poderia botar todos aí, mas nós estávamos em uma reunião ontem e o maior é a redução da máquina pública. Os funcionários públicos serem contingenciados o mais urgente possível.” **Indústria**

Ação mais importante para os municípios retomarem sua dinâmica econômica

Para que os municípios retomem sua dinâmica econômica, o mais importante é...	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Sair do isolamento com cadeias produtivas	27,7	24,0	35,7	35,9	25,0	26,7
Aproximar-se dos governos federal e estadual	22,4	18,6	23,8	29,5	11,7	40,0
Conquistar a ampliação dos percentuais de repasses	17,2	16,7	11,9	14,1	30,0	13,3
Ampliar força política da FAMURS e da CNM	15,4	21,6	11,9	5,1	15,0	8,9
Ampliar sua dimensão comunitária	4,9	6,4	7,1	2,6	1,7	4,4
Reforma do pacto federativo/ter mais autonomia financeira	2,8	2,5	2,4	1,3	6,7	2,2
Incentivar a produtividade, reestruturar o município para fomentar a desburocratização	2,6	2,5	4,8	2,6	3,3	--
Reforma administrativa	1,2	2,0	--	1,3	--	--
Reativar a economia	0,7	0,5	--	--	1,7	2,2
Reduzir os seus custos/cortar despesas	0,7	0,5	--	2,6	--	--
Outros*	1,4	1,0	2,4	3,9	1,7	--
Não sabe	2,8	3,9	--	1,3	3,3	2,2

*Outros: Saúde (0,2%); Diminuir o porte do município (0,2%); Incentivar a produção primária (0,2%); Ouvir os empresários (0,2%); Ampliar a rede de atuação entre municípios (0,2%); Rivalidade política (0,2%); Agilizar o desenvolvimento (0,2%).

As ações que os **MUNICÍPIOS** devem fazer para **RETOMAR SUA DINÂMICA ECONÔMICA**

Para que os municípios retomem sua dinâmica econômica, o mais importante é...

Incentivar cadeias produtivas

27,7% dos entrevistados afirmam que o foco deve ser nos setores produtivos, em uma ação integrada, com ajuda dos governos Estadual e Federal.

Se aproximar do Governo Federal e Estadual

22,4% acreditam que neutralizar as disputas políticas auxilia para que todos tenham foco no mesmo objetivo.

Ampliação dos percentuais de repasses

17,2% avaliam a necessidade de um percentual mais igualitário, pois o município tem uma alta carga tributária e menor retorno.

Ampliar força política da FAMURS e da CNM

15,4% indicam que para os municípios terem mais força nas reivindicações e uma melhor divisão dos recursos, do retorno, é importante ampliar a força da FAMURS e CNM.

“ | As prefeituras precisam de medidas integradas

“Eu acho que os municípios têm que estar integrados. Deve ser uma dinâmica desde o município, desde a base, até o Governo Federal. Não tem como ser diferente, cada um fazendo sua parte em uma ação integrada.” **Agronegócio**

“Ser produtivo na construção coletiva. O município é a cidade onde nascemos, vivemos e morremos, somos cidadãos municipais, nós temos que entender onde começa nossa origem... Então, é a linha de cooperação e organização societária, e os prefeitos vão ter que sair dos gabinetes... tem poucos recursos financeiros? Tem, mas tem um imenso capital humano para ser valorizado para a construção coletiva de uma nova sociedade que possa ser progressista, avançada e resolver gradativamente nossos problemas de subdesenvolvimento.” **Cooperativa**

“Acho que a FAMURS e a CNM representam a gente, os municípios. São forças importantes juntamente com o Congresso Nacional, principalmente, para que a gente tenha força para levar nossas reivindicações até o Congresso Nacional.” **Gestão pública**

Atributos que um gestor necessita para retomar a vida econômica e social da cidade

Entre as opções que eu irei ler, o que o(a) Sr.(a) considera como indispensável ao gestor público para retomar a vida econômica e social da cidade?	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Atitude	39,9	37,7	50,0	50,0	38,3	24,4
Cooperação	28,4	33,3	21,4	16,7	23,3	40,0
Coragem	14,0	11,3	14,3	16,7	16,7	17,8
Experiência	4,9	4,4	7,1	5,1	1,7	8,9
Solidariedade	2,1	2,5	--	1,3	3,3	2,2
Honestidade	1,9	2,9	--	1,3	--	2,2
Gestão	1,2	0,5	2,4	1,3	3,3	--
Diálogo	1,2	1,5	--	--	3,3	--
Empreendedor	0,9	0,5	--	3,8	--	--
Outros*	1,6	1,0	--	3,9	3,4	--
Não sabe	4,0	4,4	4,8	--	6,7	4,4

*Outros: Competência (0,5%); Liderança (0,5%); Autonomia (0,2%); Rede de relacionamento (0,2%); Conhecimento técnico (0,2%).

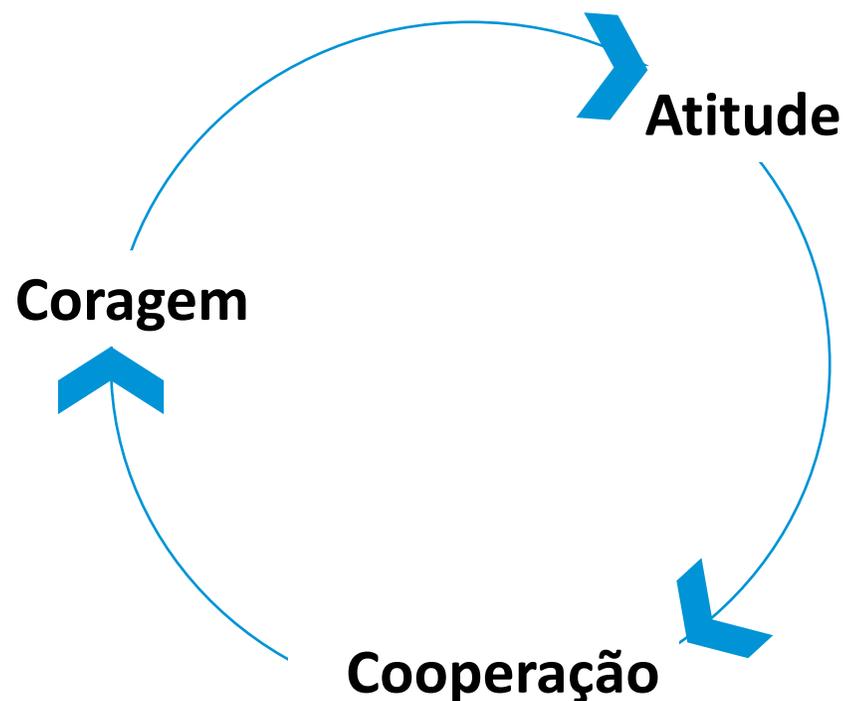
Nuvem de palavras dos atributos que um gestor necessita para retomar a vida econômica e social da cidade

Entre as opções que eu irei ler, o que o(a) Sr.(a) considera como indispensável ao gestor público para retomar a vida econômica e social da cidade?



Nota: *Imagem construída através da frequência de cada palavra mencionada. O peso (tamanho da palavra) é dado de acordo com o número de vezes que a mesma é mencionada. Análise dos principais casos.

Os três atributos de um gestor para **RETOMAR A VIDA ECONÔMICA E SOCIAL DAS CIDADES**



O que esperam é uma capacidade de gestão que alinhe os três principais atributos: **ATITUDE** e **CORAGEM** são importantes para ter um posicionamento forte, mas com equilíbrio, **COOPERANDO** e sendo parceiro dos demais segmentos e da própria sociedade.

“ | Atributos para a retomada econômica e social

“Coragem. Muita coragem, muitas coisas que nós temos que fazer são impopulares, mas depois elas trazem um belo resultado.” **Agronegócio**

“Cooperação. Se tiver cooperação dos Prefeitos, da gestão pública com a população, vai funcionar e vão nascer novos projetos a nível municipal.” **Cooperativa**

“Equilíbrio entre a economia e a saúde. Pelo momento que estamos passando, ter um equilíbrio entre essas duas áreas, ter empatia, ser próximo. Solidariedade é a palavra do momento também que estamos passando.” **Gestão pública**

05

O PAPEL DO LEGISLATIVO GAÚCHO

Prioridade dos parlamentares na legislação social e econômica para o pós-pandemia

O pós-pandemia vai exigir dos parlamentares e dos governos mudanças profundas na legislação social e econômica. Dentre as opções que irei ler, qual deve ser a prioridade dos parlamentares?	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Incremento nos cursos profissionalizantes	42,4	46,1	31,0	48,7	35,0	35,6
Legislar sobre o tele trabalho	13,8	14,2	21,4	10,3	10,0	15,6
Banda larga nas escolas	10,0	8,8	23,8	7,7	11,7	4,4
Incentivo a cursos e exercício de profissões à distância	10,0	8,8	--	16,7	10,0	13,3
Leis de proteção social ao trabalho por tarefas	6,5	6,4	7,1	6,4	5,0	8,9
Distribuição de notebooks a alunos da rede pública	5,8	5,4	4,8	2,6	8,3	11,1
Investimentos em educação	1,4	1,0	--	2,6	1,7	2,2
Redução da carga tributária	1,4	0,5	4,8	1,3	3,3	--
Geração de emprego	0,5	0,5	2,4	--	--	--
Outros*	2,2	2,5	--	2,6	6,8	--
Não sabe	5,6	5,9	4,8	1,3	8,3	8,9

*Outros: Melhorar a competitividade das atividades econômicas das empresas (0,2%); Menor interferência do Legislativo nos municípios (0,2%); Plataformas integradas para planejamento de todas as áreas (0,2%); Desburocratizar as formas de acesso aos jovens da área rural (0,2%); Disponibilizar mais recursos aos municípios (0,2%); Corte de gasto do Legislativo e Judiciário (0,2%); Mediar debate da população com o Governo Federal e Estadual (0,2%); Apoiar projetos de reformulação do Estado (0,2%); Verificar os conteúdos transmitidos aos alunos (0,2%); Preparar o ambiente escolar para retorno das aulas (0,2%); Preocupar-se com as necessidades da população (0,2%).

42,4%

Consideram que o **INCREMENTO NOS CURSOS PROFISSIONALIZANTES** deve ser prioridade para os parlamentares

- Há um processo de mudança em curso que exige harmonia entre os setores da sociedade e o parlamento deve estar à frente deste debate focando em:

Educação

Incremento de cursos
profissionalizantes



Trabalho

Incentivo a cursos e ao
exercício de profissões à
distância

- A educação é vista como um meio para a qualificação da mão de obra. O que a escola precisa ter é banda larga de qualidade.



“ O papel da educação profissionalizante nas mudanças sociais e econômicas no pós-pandemia

“Todo setor agropecuário terá que ser remodelado no sentido de realmente exportar produtos com valor agregado. E especialmente uma educação profissionalizante, que ela venha lá da escola municipal, já ensinar a realidade do campo, a realidade das cidades, ser um ensino muito mais prático do que teórico.” **Cooperativa**

“Nós temos experiências bem exitosas com o Sistema S, como o Primeiro Emprego, Jovem Aprendiz. No campo estamos retendo hoje grande população jovem, principalmente meninas que estão fazendo curso de capacitação para pequenas e médias propriedades rurais, para o que elas podem gerar de valor agregado na família. Tem mais de 23 projetos credenciados no campo. Transformamos mais produtos agropecuários em agroindústria que gera ICMS, gera exportação de alimentos.” **Cooperativa**

Prioridades do Legislativo Estadual no período pós-pandemia

Considerando essencial a participação do Legislativo Estadual, dentre as iniciativas que vou citar, qual deve ser prioritária da Assembleia no pós-pandemia...	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Mais incentivos à indústria, ao comércio e aos serviços	39,9	35,3	47,6	57,7	26,7	40,0
Pauta econômica voltada ao aumento da produção	25,4	24,5	38,1	20,5	28,3	22,2
Programas permanentes de recuperação de empresas	11,4	17,2	2,4	9,0	5,0	6,7
Pauta política de construção de confiança pública (volta dos investimentos)	8,4	7,8	9,5	7,7	8,3	11,1
Medidas de proteção social	5,4	7,8	--	2,6	3,3	6,7
Reforma administrativa do Estado	1,4	1,0	--	1,3	5,0	--
Incentivo a agricultura	0,7	1,5	--	--	--	--
Ouvir a comunidade	0,7	0,5	--	--	--	4,4
Outros*	3,5	1,5	--	1,3	15,1	4,4
Não sabe	3,3	2,9	2,4	--	8,3	4,4

*Outros: Redução de impostos (0,5%); Incentivo a geração de empregos (0,5%); Recuperação das empresas (0,5%); Proteção ao trabalho e as empresas (0,5%); Maior representatividade dos Deputados para os interesses das cidades (0,5%); Investimentos em infraestrutura (0,2%); Progressão inversa do imposto através da tecnologia (0,2%); Gerar inclusão social (0,2%); Redução da carga tributária (0,2%); Melhorar a infraestrutura (malha rodoviária) (0,2%).

As pautas econômicas ganham espaço como principais temas a serem priorizados pelos deputados estaduais. Elas se dividem em 3 braços...

Mais incentivos à indústria, ao comércio e aos serviços, 39,9%.

Pauta econômica voltada ao aumento da produção, 25,4%.

Programas permanentes de recuperação de empresas, 11,4%.



Essas três forças favorecem o aumento da produção, mas precisam de uma legislação que favoreça o empreendedorismo e também ações na área social e da saúde.

“ | O aumento da produção e o papel da indústria

“Pauta econômica voltada ao aumento da produção. Eu não conheço nenhum país forte sem indústria forte. O funcionalismo não gera dinheiro, então o que gera realmente renda é a indústria, comércio, enfim, serviços.” **Indústria**

“Aumento da produção. Uma legislação que favoreça o empreendedorismo e também ações na área social e da saúde.” **Gestão pública**

Temas que os deputados gaúchos devem debater

Entre os temas do pós-pandemia quais os que os deputados gaúchos devem debater e legislar...	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Fortalecimento da rede hospitalar do RS (com soluções regionais)	28,0	20,1	26,2	37,2	30,0	46,7
Fomento à produção e difusão de tecnologia	23,1	26,5	26,2	28,2	10,0	13,3
Urgência na tramitação de um anteprojeto de irrigação no setor agrícola	20,5	29,9	19,0	9,0	13,3	8,9
Projeção dos impactos da Covid-19 na saúde e economia por região e sua devida atenção na peça orçamentária	8,2	6,4	2,4	7,7	15,0	13,3
Protocolos de biossegurança para empresas (comércio/indústria/serviços) e escolas	4,9	3,9	9,5	5,1	5,0	4,4
Atualização da legislação sanitária especialmente nos centros de aglomeração	4,0	3,4	7,1	3,8	3,3	4,4
Testagem permanente da Covid-19 nos municípios por período a estimar no pós-pandemia	3,0	3,9	7,1	1,3	--	2,2
Outros*	5,1	4,0	2,4	5,2	13,4	4,4
Não sabe	3,0	2,0	--	2,6	10,0	2,2

*Outros: Prevenção e vacinação (1,4%); Incentivo ao comércio e indústria (0,7%); Racionalização do Estado (0,5%); Reforma legislativa para o setor produtivo (0,5%); Reforma tributária (0,2%); Incentivo a geração de emprego (0,2%); Ouvir os setores de indústria e comércio (0,2%); Maior autonomia para os municípios (0,2%); Plataforma integrada para gerenciar essas demandas (0,2%); Ações que beneficiem a população (0,2%); Menos intervencionista (0,2%); União entre a economia e a pandemia (0,2%); Estruturas estatais(0,2%); Formas de investimentos públicos (0,2%).

28,0%

gostariam que os deputados gaúchos debatessem e legislassem sobre o **FORTALECIMENTO DA REDE HOSPITALAR DO RS**

- As frentes de debates dos deputados gaúchos no pós-pandemia devem priorizar as áreas da:

Saúde

Dentro desse debate a Covid-19 ganha força, há preocupação na projeção de seus impactos, protocolos de biossegurança, atualização da legislação sanitária e testagem permanente da população.

Tecnologia

23,1% acreditam na importância do **fomento à produção e difusão de tecnologia**. Principalmente nos setores de agronegócio e indústria.

Agricultura

20,5% avaliam a urgência na tramitação de um **anteprojeto de irrigação**. Captação de água com cisterna é uma das sugestões por ter baixo custo, não precisa de movimentação de terra ou melhoria de açude, e por ser um trâmite menos burocrático que outras formas.

“ | O debate sobre a saúde

“(…) Uma legislação de apoio e socorro, as nossas UPAs e hospitais são extremamente deficitários e tem que se tirar recursos de outras áreas para manter essas estruturas.” **Gestão pública**

“Eu acho que tem que ter o fortalecimento da rede hospitalar. Quem tiver esse fortalecimento automaticamente faz testagem. A questão dos protocolos, praticamente eles já foram adotados. Essa questão de fiscalização, que nós temos que ter fortalecimento da rede hospitalar, para que a gente tenha realmente uma saúde melhor.” **Indústria**

Percepção sobre a pauta que deveria ser evitada pelos parlamentares gaúchos

E no pós-pandemia, tem alguma pauta ou agenda que os parlamentares gaúchos devam evitar? O que seria?	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Discussões ideológicas partidárias/disputas políticas	16,5	18,2	16,7	10,3	13,4	24,4
Aumento de impostos/tributos	12,4	7,8	7,1	28,2	16,7	4,4
Aumento de salários/cargo/custo da estrutura	11,4	8,8	26,2	10,3	6,7	17,8
Legislar em causa própria	6,8	6,4	7,1	6,4	13,3	
Politização da pandemia	4,9	3,9	7,1	6,4	5,0	4,4
Interferir na atividade econômica/criar empecilhos à iniciativa privada	4,7	2,9	14,3	9,0	--	2,2
Pautas populistas/paternalistas	2,1	1,5	2,4	3,8	--	4,4
Fazer visitas/reuniões/eventos com aglomeração	1,2	1,5	--	--	1,7	2,2
Outros*	3,1	4,5	2,4	1,3	3,4	2,2
Nenhuma pauta deveria ser evitada	19,6	21,6	2,4	17,9	23,3	24,4
Não sabe	17,2	23,0	14,3	6,4	16,7	13,3

*Outros: Falar sobre os erros (0,9%); Privatizações (0,5%); Burocratização das leis de meio ambiente (0,5%); Retirada de direitos (0,2%); Investimentos na saúde (0,2%); Causa animal (0,2%); Proibição da obrigatoriedade da vacina (0,2%); Discutir a situação das escolas, o que vai ser ministrado (0,2%); Gestão de benefícios sociais (0,2%).

Há uma dispersão na opinião sobre as pautas que deveriam ser evitadas pelos parlamentares

As três principais narrativas criticam as disputas políticas, o aumento de impostos e o aumento de salário dos políticos.

16,5%

DISCUSSÕES IDEOLÓGICAS PARTIDÁRIAS – a ideia de unir forças com foco em um objetivo comum de restabelecer os setores econômico e social do RS para que haja crescimento.

12,4%

AUMENTO DE IMPOSTOS/TRIBUTOS – as empresas teriam dificuldades em cumprir com a carga tributária somada ao impacto econômico da pandemia.

11,4%

AUMENTO DE SALÁRIOS/CARGO/CUSTO DA ESTRUTURA – já há a percepção de que a máquina estatal precisa de enxugamento, custa caro aos contribuintes. Aumentar essa despesa prejudicaria ainda mais as contas públicas.

“ | As pautas a serem evitadas

“Evitar a politização da pandemia que está ocorrendo em todo Brasil, evitar a generalização, para conseguir chegar a uma solução mais positiva.” **Indústria**

“Aumento de impostos. Porque o momento requer apoio e não aumento de impostos. Estamos em um momento de recesso das empresas, com dificuldades, não é o momento. O próprio decreto do Governo do Estado prevê que muitas empresas trabalhem só com 50% até 75% dos seus funcionários, dependendo a área de atuação.” **Gestão pública**

“Tomar atitudes concretas em relação à dívida pública do Estado que está muito alta. Evitar o aumento da dívida pública e não deixar de fazer a revisão fiscal, para melhorar a situação econômica e financeira do Estado do RS e, por conseguinte, das empresas também que atuam no Estado.” **Cooperativa**

Motivos para os parlamentares evitarem as discussões ideológicas partidárias

Por qual motivo os parlamentares devem evitar essa pauta? (Em relação a 14,9% dos entrevistados que citaram essa pauta)		GERAL (%)	Análise por segmentos				
			Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Discussões ideológicas partidárias/disputas políticas	Para ter avanços na administração pública, objetivos nacionais e desenvolvimento	29,7	31,4	40,0	25,0	14,3	33,3
	O momento é de união/buscar solução sem ideologia política/saída mais rápida da crise	23,4	22,9	--	25,0	14,3	44,4
	Precisa pensar na população/interesse da sociedade deve estar acima dos interesses partidários	23,4	20,0	60,0	37,5	14,3	11,1
	Pelo atraso/se torna demorado com projetos a longo prazo/polarizam e perdem a credibilidade	18,8	20,0	--	12,5	42,9	11,1
	Não sabe	4,7	5,8	--	--	14,3	--

| As discussões ideológicas devem visar o bem comum

A narrativa é de que o Estado precisa de avanços, e todo o caminho de desvio desse objetivo atrasa o crescimento. E para ter avanços na administração pública, o momento é de união para uma saída mais rápida da crise. Os interesses da sociedade deve estar acima dos interesses partidários.



“Evitar o atrito, buscar a convergência para projetos e juntar as forças pelo objetivo maior que é o objetivo comum. Então tem que evitar divisões. O Rio Grande do Sul ficou atrás de Santa Catarina e do Paraná por causa das picuinhas políticas, um governo inicia um projeto e o outro diz que está tudo errado (...). Então, eles têm que evitar essa interrupção de projetos que vem dando resultado, essas coisas têm que ser evitadas.” **Agronegócio**

Motivos para os parlamentares evitarem os aumentos de impostos

Por qual motivo os parlamentares devem evitar essa pauta? (Em relação a 12,4% dos entrevistados que citaram essa pauta)		GERAL (%)	Análise por segmentos				
			Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Aumento de impostos/tributos	Para que o Estado seja mais competitivo/necessidade de reforma administrativa/diminuir o tamanho do Estado	34,0	31,3	33,3	40,9	20,0	50,0
	Valorizar as empresas/não barrar o aumento da produção	24,5	25,0	33,3	36,4	--	--
	Já pagam muito/está insuportável	18,9	25,0	33,3	13,6	20,0	--
	Pelo momento/devido à pandemia	11,3	6,3	--	--	40,0	50,0
	Para melhorar a qualidade de vida dos mais pobres	5,7	6,3	--	4,5	10,0	--
	Desgaste político	5,7	6,3	--	4,5	10,0	--

Motivos para os parlamentares evitarem os aumentos de salários

Por qual motivo os parlamentares devem evitar essa pauta? (Em relação a 11,4% dos entrevistados que citaram essa pauta)		GERAL (%)	Análise por segmentos				
			Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Aumento de salários/cargo/ custo da estrutura	Já ganham muito/realidade discrepante/está fora da realidade/momento de redução	42,9	55,6	18,2	50,0	50,0	37,5
	Não é o momento/A crise é grande, não tem como aumentar	16,3	16,7	--	12,5	25,0	37,5
	Para enxugar a máquina pública/tornar o Estado competitivo e enxuto	16,3	5,6	45,5	12,5	25,0	--
	Recursos devem estar voltados para a população/Tem que retornar em benfeitorias ao Estado	8,2	--	18,2	25,0	--	--
	Para melhorar a situação econômica do Estado	6,1	11,1	--	--	--	12,5
	Para não aumentar os gastos públicos	4,0	5,6	9,1	--	--	--
	Para não gerar atrito	2,0	--	--	--	--	12,5
	Não sabe	4,1	5,6	9,1	--	--	--

| O reflexo do aumento de impostos e dos salários

As críticas são referentes à necessidade de uma reforma que diminua a carga tributária e, conseqüentemente, o “peso do Estado”. É uma reivindicação de todos os segmentos, mas destaca-se no comércio. Além disso, o aumento de salários da classe política tem uma prerrogativa desleal com a realidade da população, que passa por momento de crise.



“Aumento de impostos. Porque ela é prejudicial e nefasta. Contrária à produção e geração de empregos. Retira competitividade do empreendedor gaúcho em relação a outros estados.” **Comércio**

Motivos para os parlamentares evitarem legislar em causa própria

Por qual motivo os parlamentares devem evitar essa pauta? (Em relação a 6,8% dos entrevistados que citaram essa pauta)		GERAL (%)	Análise por segmentos				
			Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Legislar em causa própria	Devem trabalhar pela população/priorizar o bem social	31,0	30,8	33,3	40,0	25,0	--
	Falta confiança/fazer menos politicagem	20,7	15,4	33,3	--	37,5	--
	Precisam pensar no Estado	13,8	23,1	33,3	--	--	--
	Deixar o interesse pessoal de lado	10,3	--	--	20,0	25,0	--
	Deveria mudar o modelo de reajuste, eles não podem aumentar o próprio salário	6,9	7,7	--	20,0	--	--
	Não sabe	17,2	23,1	--	20,0	12,5	--

| A contrapartida do mandato

A percepção de que cuidar de causas públicas é decidir pelo todo, pelo conjunto.

Acreditam que se criassem a percepção dessa realidade, poderia ser restaurada a confiança na classe política.



“A gente vê a Assembleia sendo usada para debates inúteis. O foco deve ser na saúde, educação, trabalho e competitividade. E é nisso que eles têm que trabalhar. De vez em quando a gente vê muito mais as pessoas preocupadas em dar um mérito cidadão, mérito isso, mérito aquilo, enfim. Acho que tem que manter o foco agora. Tem que evitar coisas inúteis que de vez em quando são tratadas. Os assuntos têm que contemplar a maioria da população e não uma minoria que entra de vez em quando com umas barbaridades que a gente até fica com vergonha, que não tem utilidade.”

Indústria

Conhecimento do Fórum de Combate ao Colapso Social e Econômico do RS

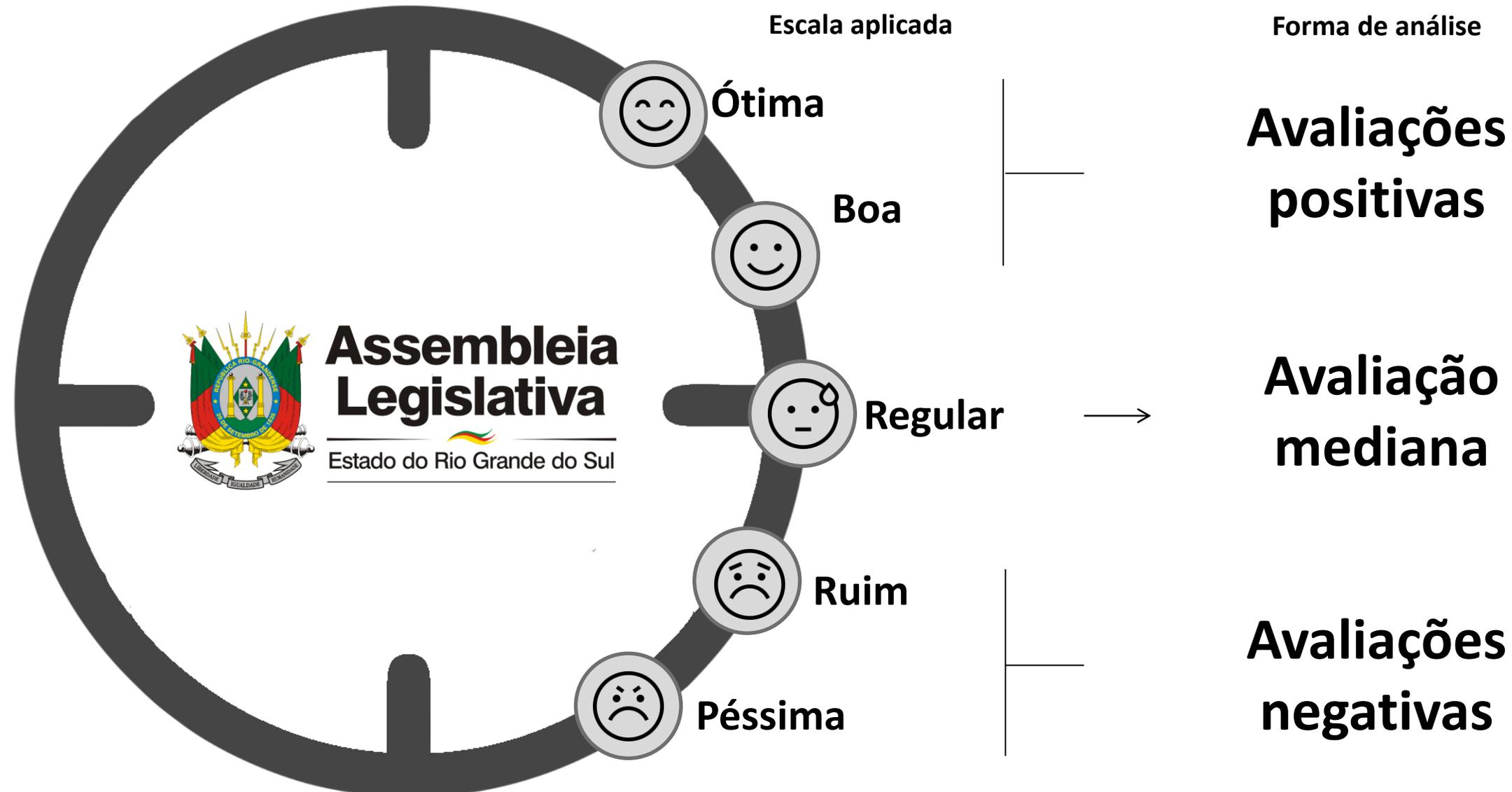
O (a) Sr.(a) acompanhou ou soube da realização do Fórum de Combate ao Colapso Social e Econômico do RS promovido pela Assembleia Legislativa visando a retomada da dinâmica econômica do Estado?	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Acompanhou	17,0	15,7	16,7	17,9	25,0	11,1
Ouviu falar	20,7	16,2	21,4	32,1	23,3	17,8
Não acompanhou	62,2	68,1	61,9	50,0	51,7	71,1

37,7%
Acompanhou + Ouviu falar

62,2%
Não acompanhou

Escala de avaliação

Durante o processo de análise foi utilizada uma escala de avaliação. A técnica utiliza 5 possibilidades de respostas que, para efeito de análise, foram convertidas em 3 categorias.



Avaliação do Fórum de Combate ao Colapso Social e Econômico do RS

Como o(a) Sr.(a) avalia a iniciativa da realização do Fórum de Combate ao Colapso Social e Econômico do RS promovido pela Assembleia Legislativa visando a retomada da dinâmica econômica do Estado?

Escala de avaliação

ÓTIMA = 32,4

BOA = 44,1

REGULAR = 7,5

RUIM = 0,9

PÉSSIMA = 0,9

Não sabe = 14,2

Conceitos agrupados*

76,5%

Avaliações positivas

7,5%

Avaliação mediana

1,8%

Avaliações negativas

Nota: *Cálculo efetuado com a exclusão das não respostas "Não sabe."

Avaliações positivas = Ótima + Boa;

Avaliação mediana = Regular;

Avaliações negativas = Ruim + Péssima.

Análise por segmentos

Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
87,8	91,9	85,3	94,4	92,1
11,0	8,1	9,3	5,6	2,6
1,2	--	5,3	--	5,3

76,5%

Avaliam positivamente o **FÓRUM DE COMBATE AO COLAPSO SOCIAL E ECONÔMICO DO RS**



Há uma avaliação positiva do **FÓRUM DE COMBATE AO COLAPSO SOCIAL E ECONÔMICO DO RS**, independente da maior parte **não ter acompanhado**.



Mas quem acompanha ou ouviu falar ainda tem maior percentual de avaliação positiva de quem não acompanhou.



A narrativa de quem defende esse tipo de iniciativa é que ela une uma região em prol de um objetivo em comum, priorizando as políticas necessárias de investimento.

“ | Percepção sobre o Fórum de Combate ao Colapso Social e Econômico do RS

“Sim, acompanhei. Ótima. Esse esforço vai exatamente nessa linha, une uma região toda em disputas políticas necessárias de investimento que aquela região precisa, acho que esse é o caminho inicial e não pode parar esse caminho” **Cooperativa**

“Sim, ótima. São de temas que deveriam ter acontecido no Executivo municipal e estadual, acho que o Governador agiu, a Covid chegou e assustou todo mundo, só que o sistema de bandeiras também se tornou muito instável, então a Assembleia foi uma porta de entrada.” **Gestão pública**

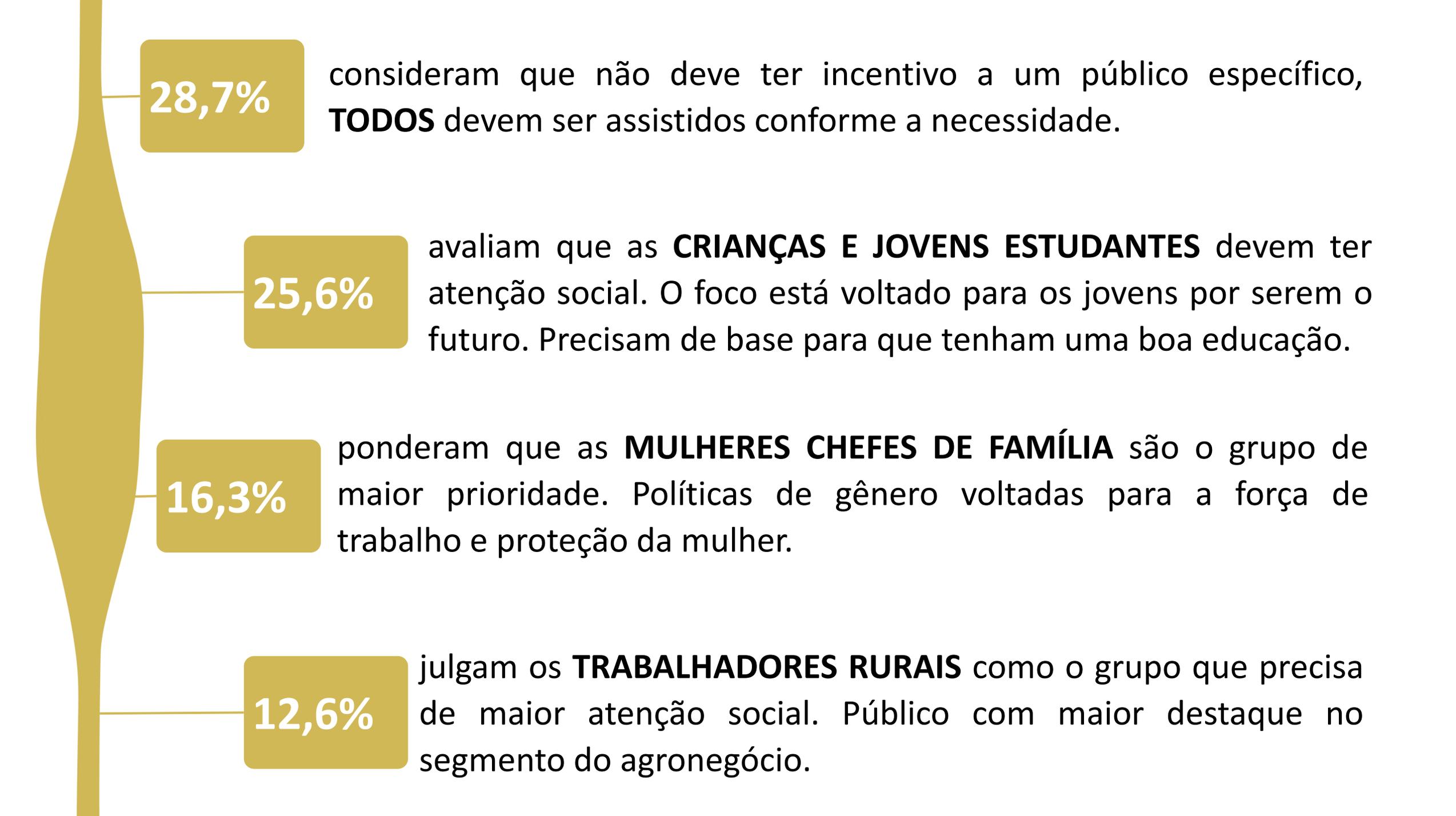
“Eu ouvi falar, mas não acompanhei de perto. Acho ótimo. Eu sou uma pessoa que defendo, acho que vida tem que estar junto com economia, até porque aqui nas nossas empresas da região, as empresas têm cuidados com os funcionários (...).” **Indústria**

06

O APOIO À SOCIEDADE

Prioridade da atenção social

Se pensarmos a atenção social por segmento e gênero, os projetos e as medidas deveriam incentivar prioritariamente qual dos públicos que irei ler...	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Todos os públicos	28,7	33,8	31,0	26,9	11,7	28,9
Crianças e jovens estudantes	25,6	21,1	19,0	37,2	30,0	26,7
Mulheres chefes de família	16,3	14,2	16,7	16,7	26,7	11,1
Trabalhadores rurais	12,6	20,6	7,1	3,8	5,0	6,7
Idosos	6,5	3,9	16,7	6,4	10,0	4,4
Famílias	2,6	1,5	--	2,6	6,7	4,4
Famílias em vulnerabilidade	2,3	2,0	4,8	2,6	1,7	2,2
Homens	0,5	0,5	--	1,3	--	--
Professores	0,2	--	--	--	--	2,2
Cooperativados	0,2	--	--	--	--	2,2
Não sabe	4,4	2,5	4,8	2,6	8,3	11,1

A vertical gold-colored bar on the left side of the page, which tapers at the top and bottom and widens in the middle. Four horizontal lines extend from this bar to the left, connecting to four gold-colored rounded rectangular boxes containing percentages. Each percentage box is connected to a line of text on the right.

28,7%

consideram que não deve ter incentivo a um público específico, **TODOS** devem ser assistidos conforme a necessidade.

25,6%

avaliam que as **CRIANÇAS E JOVENS ESTUDANTES** devem ter atenção social. O foco está voltado para os jovens por serem o futuro. Precisam de base para que tenham uma boa educação.

16,3%

ponderam que as **MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA** são o grupo de maior prioridade. Políticas de gênero voltadas para a força de trabalho e proteção da mulher.

12,6%

julgam os **TRABALHADORES RURAIS** como o grupo que precisa de maior atenção social. Público com maior destaque no segmento do agronegócio.

“ | A prioridade da atenção social

“Não deve construir políticas que ressaltem gênero, as políticas devem ser para todos.”

Comércio

“Envolve todos, na proporção que todos são cidadãos e devem participar. Cada um tem um pensamento diferenciado, mas temos que levar projetos coletivos com resultados econômicos melhores, que beneficiem a todos. E isso é um caminho sempre de cooperação.” **Cooperativa**

“Acho que todos, não temos como ter uma prioridade. Como vou dizer para dar prioridade para os “velhos” e nós abandonarmos os jovens que são o futuro da nossa nação? Então acho que todos.” **Agronegócio**

“Pra mim, nos projetos, o principal é criança, através da educação, para que a gente evite justamente os problemas ali na frente.” **Indústria**

Percepção da avaliação da população sobre o desempenho da gestão pública

Na sua percepção, como a população vai avaliar o desempenho da gestão pública e do parlamento no pós-pandemia. O(a) Sr.(a) acredita que será...	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Com maior credibilidade	31,5	32,4	26,2	28,2	35,0	33,3
Com a mesma avaliação de antes da pandemia	41,0	38,7	54,8	39,7	43,3	37,8
Com menor credibilidade	22,6	22,1	19,0	29,5	18,3	22,2
Não sabe	4,9	6,9	--	2,6	3,3	6,7

“ | Percepção da credibilidade não se altera

“Eu acho que as pessoas vão ter um olhar diferente, não sei se com maior credibilidade, mas que as pessoas vão estar mais atentas eles vão estar. Acho que essa pandemia fez com que as pessoas repensassem muita coisa, as próprias eleições deram o troco em tudo isso. O critério vai ser maior, mas acho que a forma é igual de antes da pandemia.” **Indústria**

“Olha, eu não sei se a sociedade vai fazer qualquer tipo de avaliação sobre a atuação do poder Legislativo, então eu diria que com a mesma avaliação de antes da pandemia.” **Comércio**

Percepção sobre o interesse pelas decisões governamentais

E em termos de interesse pelas decisões governamentais, o(a) Sr.(a) acredita que a pandemia irá propiciar...	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Mais interesse às decisões políticas	60,8	56,4	78,6	67,9	56,7	57,8
Mesmo interesse às decisões políticas de antes da pandemia	24,5	26,5	16,7	21,8	26,7	24,4
Menos interesse às decisões políticas	11,9	12,7	4,8	10,3	15,0	13,3
Não sabe	2,8	4,4	--	--	1,7	4,4

“ | Maior interesse às decisões políticas

“Mais, estão se informando melhor nas redes sociais. Tanto é que as eleições municipais tiveram reviravoltas terríveis por causa da rede social. Então acho que nesse ponto o pessoal está se informando mais e vai cobrar mais também.” **Agronegócio**

“Maior, com certeza maior interesse. Porque o Governo mudou completamente a forma da gente viver nesses últimos meses. Está mexendo no ir e vir das pessoas.” **Comércio**

“Acho que vai ter mais interesse. Porque agora o pessoal viu o quanto a saúde é importante e o quanto nós estávamos mal preparados. Acho que agora vão dar mais importância a isso aí.” **Comércio**

Tendência de organização da vida social pós-pandemia

E como o(a) Sr.(a) acredita que será a tendência de organização da vida social da sociedade pós-pandemia...	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
A vida social será reorganizada pelo caminho da solidariedade	53,6	59,3	47,6	52,6	43,3	48,9
A vida social manterá a mesma lógica de antes da pandemia	30,8	27,5	38,1	32,1	35,0	31,1
A vida social será reorganizada pelo caminho político	12,4	9,3	14,3	14,1	16,7	15,6
Não sabe	3,3	3,9	--	1,3	5,0	4,4

“ | A solidariedade como eixo da organização social

“Vai se organizar pela solidariedade. Acho que as pessoas estão carentes hoje, todo mundo quer a vida de volta. É justamente pela solidariedade das pessoas notarem do quanto elas precisam das outras e não vai ser político que vai dizer isso, vai ser justamente o que as pessoas passaram durante toda essa pandemia e estão passando e de verem o quanto faz falta um abraço de um amigo, o quanto faz falta ficar com pessoas que a gente gosta e hoje está sendo privado.” **Indústria**

“A questão da solidariedade vai aumentar e melhorar muito, tanto é que hoje se você for ver, tem pessoas indo fazer compras no mercado para o vizinho para evitar deslocamento e começa um ajudar o outro. Diminui custo, diminui exposição ao vírus.” **Agronegócio**

“Eu acho que tem que ser pela solidariedade, pensar no bem comum.” **Gestão pública**

A pesquisa utilizou três indicadores para avaliar a perspectiva comportamental da sociedade com a gestão pública:

60,8%

A rotina alterada pela pandemia consolidou o entendimento da influência das decisões políticas na vida cotidiana da população. A relação de dependência existente entre elas trouxe a expectativa de um futuro em que o olhar estará mais atento e a visão será mais crítica, com **MAIOR INTERESSE ÀS DECISÕES POLÍTICAS**.

41,0%

Por outro lado, a percepção é de que o desempenho da gestão pública e do parlamento seguirá **COM A MESMA AVALIAÇÃO DE CREDIBILIDADE** de antes da pandemia. Ou seja, a política cresce em importância mas não o suficiente para alimentar a esperança de transformação.

53,6%

O otimismo com relação a uma possibilidade de mudança está depositado na **SOLIDARIEDADE**, que é vista como um caminho mais viável do que o político para a **REORGANIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL** da sociedade pós-pandemia.

Percepção sobre os fatores que agravarão os municípios que vivem exclusivamente de FPM

Para as populações dos municípios que vivem exclusivamente do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), as dificuldades a partir de 2021 serão mais agravadas por quais dessas possibilidades...	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Saúde	21,7	23,0	19,0	28,2	23,3	4,4
Informalidade	17,7	18,1	21,4	19,2	6,7	24,4
Vulnerabilidade social	15,6	11,8	26,2	14,1	21,7	17,8
Fome e miséria	12,8	11,8	11,9	12,8	13,3	17,8
Educação	11,7	14,2	9,5	11,5	5,0	11,1
Moradia	4,0	2,5	4,8	6,4	5,0	4,4
Desemprego	3,3	4,4	--	--	5,0	4,4
Situação financeira (falta de dinheiro)	0,9	1,5	--	--	1,7	--
Falta de incentivo e investimentos	0,7	0,5	--	1,3	--	2,2
Outros*	2,5	1,5	2,4	1,3	6,8	4,4
Não sabe	9,1	10,8	4,8	5,1	11,7	8,9

*Outros: Sonegação de impostos (0,5%); Segurança (0,5%); Falta de políticas específicas (0,5%); Questão climática no interior (0,2%); Pela falta de cobrança do IPTU (0,2%); População especificada de cada cidade (0,2%); O Estado deve fazer uma avaliação de cada parte do estado começando pelos municípios e saber onde agir com solução (0,2%); Fechar municípios que vivem destas verbas (0,2%).

São quatro eixos que podem agravar as dificuldades dos municípios que dependem exclusivamente do FPM a partir de 2021:

MISÉRIA - 28,4%

Aumento de pessoas em situação de vulnerabilidade, miséria e fome.



ECONOMIA – 22,6%

Agravamento da situação econômica/financeira das pessoas causado pela informalidade, desemprego, falta de investimentos.



SAÚDE – 21,7%

Situação da saúde pública, com aumento da precariedade no período de pós-pandemia.



EDUCAÇÃO 11,7%

A educação, que terá o desafio de recuperar o que foi perdido com a pandemia e de uma retomada com a segurança necessária.

Os problemas decorrentes da **CRISE SANITÁRIA** serão o principal obstáculo ao crescimento dos municípios dependentes dos recursos da União. Na mesma linha, o aumento da **INFORMALIDADE** e a ampliação da população em condição de **VULNERABILIDADE** trarão novos desafios aos gestores de cidades com fontes limitadas de arrecadação.

Fonte única
de receita



Reflexos da
pandemia



Dificuldades
agravadas

“ | Fatores que agravam a crise dos municípios

“Tem toda essa questão dos vulneráveis né, porque tem muitos desempregados. E nós ficamos vulneráveis na nossa agricultura porque a safra de verão, praticamente, o milho nós não teremos. E o milho é o carro chefe para sustentar a pecuária, o gado. Então, nós vamos ter dificuldade. Então, partindo da nossa Assembleia Legislativa, do nosso Governador, acho que tem que ter algumas ações a nível de Estado para promover alguma inclusão, alguma distribuição de renda, políticas públicas de resgate, porque o percentual de pobreza aumentou. Agora com a pandemia se agravou. E esse mês encerra o pagamento do auxílio emergencial e essas pessoas vão ficar totalmente desamparadas. Então tem que ter alguma atenção especial para dar uma sobrevida a essas pessoas, para que elas possam se sustentar.” **Agronegócio**

“Pela vulnerabilidade, porque nós devemos ter um decréscimo econômico em função de todos os gastos da economia, principalmente em 2021, creio que nós teremos problemas.” **Indústria**

“Fome e miséria, a educação vai refletir mais lá na frente.” **Gestão pública**

Percepção sobre as mudanças nas práticas e alterações no cenário político

O pós-pandemia poderá decretar mudanças nas práticas e alterações no cenário político com reflexos nos municípios, estados e país, tais como...	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Gestão de qualidade na decisão do gasto público	28,7	27,0	33,3	37,2	23,3	24,4
Maior controle do cidadão sobre agentes políticos e órgãos públicos	22,4	18,1	31,0	28,2	28,3	15,6
Mudança na dinâmica eleitoral (eleitor mais consciente e atento)	14,5	19,1	16,7	5,1	6,7	17,8
Descentralização de recursos	10,5	10,3	4,8	10,3	15,0	11,1
Fortalecimento de movimentos sociais	10,0	11,3	2,4	10,3	6,7	15,6
Na atuação das plataformas dos candidatos e partidos	4,0	2,9	4,8	6,4	1,7	6,7
Dificuldade de acesso a saúde, educação e emprego	0,5	--	--	--	3,3	--
Outros*	1,4	1,0	--	--	5,1	4,4
Não sabe/não vai mudar nada	7,9	10,3	7,1	2,6	10,0	4,4

*Outros: Voto facultativo (0,2%); Reflexo econômico e social (0,2%); Reforma política (0,2%); Transparência na gestão (0,2%); Descrédito da população (0,2%); Análise sobre política (0,2%); É preciso que o cidadão seja visto como um cidadão que não negocia votos (0,2%).

28,7%

Acreditam que o pós-pandemia poderá causar mudanças na **GESTÃO DE QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO...**

22,4%

...e um **MAIOR CONTROLE DO CIDADÃO SOBRE AGENTES POLÍTICOS E ÓRGÃOS PÚBLICOS** reforçando ainda mais a importância da boa gestão e da transparência com os gastos.



A nova realidade deverá impor a necessidade de otimizar a forma de administrar e destinar os recursos públicos;



O cenário político do futuro é visto em nova dinâmica, sob a sombra da fiscalização permanente, na qual eleitores mais conscientes e atentos exigirão austeridade com eficiência. A ideia é “fazer mais com menos”.

“ | As mudanças nas práticas e alterações no cenário político no pós-pandemia

“Duas coisas são importantes. O controle da sociedade dos recursos e a gestão de qualidade são prioridades. Com certeza a população vai estar ligada nisso.” **Comércio**

“Na verdade, eu não sei se a pandemia vai ajudar alguma coisa, mas sensibilizar a população a ter mais cuidado em relação a quem votar. Porque acho que cada vez mais a população está mais desacreditada com os políticos.” **Agronegócio**

“(...) Essa questão do controle de gastos que é fundamental. Ninguém pode gastar mais do que arrecada.” **Indústria**

Percepção sobre a missão prioritária dos prefeitos a partir de 2021

Na liderança das cidades, qual será a missão prioritária dos prefeitos a partir de 2021?	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Incentivar a produção local (campo/comércio/indústria)	46,4	48,0	50,0	50,0	41,7	35,6
Tornar a cidade mais confiante com ações de interação e cooperação entre as pessoas	22,6	22,5	14,3	24,4	28,3	20,0
Fortalecer o sistema básico de saúde	15,6	15,7	23,8	14,1	10,0	17,8
Oferecer alternativas para vulneráveis e desempregados	7,5	7,4	4,8	9,0	1,7	15,6
Reunir as pessoas que o medo da Covid-19 afastou	0,9	1,0	--	--	1,7	2,2
Incentivo a todas as áreas	0,7	--	2,4	--	3,3	--
Equilíbrio financeiro das Prefeituras	0,5	0,5	--	--	1,7	--
Gestão das cidades (economia, saúde e educação)	0,5	--	2,4	1,3	--	--
Outros*	0,8	--	2,4	1,3	1,7	2,2
Não sabe	4,4	4,9	--	--	10,0	6,7

*Outros: Reduzir a carga tributária (0,2%); Conscientizar as pessoas (0,2%); Comissões locais (0,2%); Mudar a ideia de negacionismo da pandemia (0,2%).

46,4%

avaliam que a missão prioritária dos prefeitos a partir de 2021 será de **INCENTIVAR A PRODUÇÃO LOCAL**

22,6%

consideram que a missão prioritária é **TORNAR A CIDADE MAIS CONFIANTE ...**

A prioridade no pós-pandemia é restabelecer a economia através do incentivo à produção local e resgatar o espírito de comunidade entre as pessoas através da cooperação.

Incentivo à produção local

Os municípios como protagonistas desse papel para fazer girar a economia e gerar emprego e renda.

Tornar a cidade mais confiante com ações de interação e cooperação entre as pessoas

Para neutralizar os danos econômicos, sociais e emocionais causados pela pandemia. Restabelecendo a confiança ou empatia com os políticos.

“ | Percepção sobre a missão prioritária dos prefeitos a partir de 2021

“Incentivar a produção e comércio local, que você começa a fazer com que o município arrecade dinheiro sem depender de fundo de participação e outras coisas, fazer girar a economia aqui, dar trabalho para as pessoas, que aí você começa a colocar o município pra crescer.” **Agronegócio**

“Criar oportunidade de crescimento e criação de mão de obra. A municipalização é um tema que o parlamento gaúcho tem essa função, ter esse norte para que o município se torne valoroso de novo, no sentido dele ser o berço da criação do desenvolvimento local e regional.” **Cooperativa**

“Os municípios vão ter que precisar trabalhar em conjunto com suas lideranças e entidades de classe, universidades, para que possam ter soluções inovadoras e criativas com baixo custo para poder vencer os obstáculos.” **Gestão pública**

“Hoje a população está descrente com os prefeitos, com os políticos em geral, principalmente nesse ano de pandemia onde as regras foram mudadas toda hora, o prejuízo foi muito grande. A população nesse momento nem mais acredita no que eles falam. Estão aí as aglomerações e eu nem condeno os políticos por isso, foi uma coisa inesperada. Mas o que a gente está percebendo é que, o prefeito liderar um movimento de confiança, assumir os seus erros, é bem importante.” **Comércio**

07

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLHA DE VALOR

Conhecimento da Campanha Escolha de Valor

O(a) Sr.(a) conhece a campanha Escolha de Valor, que incentiva o consumidor à compra de produtos gaúchos (e brasileiros):	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Sim, tem conhecimento da Campanha Escolha de Valor	50,6	45,1	38,1	69,2	61,7	40,0
Ouvir falar	18,2	23,5	35,7	6,4	6,7	13,3
Não tem conhecimento da Campanha Escolha de Valor	31,2	31,4	26,2	24,4	31,7	46,7

68,8%
Conhecem + Ouviram falar

31,2%
Não conhecem

Percepção sobre vantagem na política de incentivo à compra de produtos gaúchos

O(a) Sr.(a) percebe alguma vantagem na política de incentivo à compra de produtos gaúchos?	GERAL (%)	Análise por segmentos				
		Agronegócio	Indústria	Comércio	Gestão pública	Cooperativas
Melhora a economia do Estado	25,4	30,4	16,7	17,9	31,7	15,6
Estimula a produção gaúcha	11,0	12,3	21,4	6,4	10,0	4,4
Valorização do comércio local	10,0	5,9	--	24,4	8,3	15,6
Potencializa as empresas do Estado	8,4	8,3	11,9	2,6	16,7	4,4
Nosso produto fica mais competitivo	6,1	7,4	11,9	3,8	3,3	2,2
Gera mais empregos	5,8	3,9	4,8	5,1	8,3	13,3
Geração de imposto local/aumenta a tributação/recursos ficam no Estado	4,7	3,9	4,8	9,0	1,7	4,4
Mais confiança por parte do consumidor	0,9	1,0	--	--	1,7	2,2
Aumentar a divulgação do projeto	0,9	1,5	--	--	1,7	--
Outros*	3,1	3,5	4,8	3,9	--	4,4
Não percebe vantagens	17,7	15,7	23,8	21,8	6,7	28,9
Não sabe	5,8	6,4	--	5,1	10,0	4,4

*Outros: Responsabilidade Social (0,5%); Todas são fundamentais (0,5%); Mais divulgação (0,5%); Qualificar mais a própria indústria (0,2%); Investimento a produção (0,2%); Incentivo as compras (0,2%); Geração de impostos e investimentos locais (0,2%); Redução da carga tributária possibilidade maior consumo (0,2%); Características do produto e capricho na produção (0,2%); Programas como a Nota Gaúcha (0,2%); Teria que haver uma política de Estado (0,2%).

76,3%

percebem vantagens na **POLÍTICA DE INCENTIVO À COMPRA DE PRODUTOS GAÚCHOS**

A vantagem de comprar produtos gaúchos está no **crescimento da economia do Estado.**

- ↪ **Desenvolve toda a cadeia produtiva**
- ↪ **Aumenta a produção**
- ↪ **Gera mais emprego e renda**

Quais são os desafios?

- ↪ **O produto gaúcho ser atrativo em outros estados**
- ↪ **Ter produtos de qualidade, duráveis**
- ↪ **Não encarecer o produto para o consumidor**

“ | Campanha Escolha de Valor

“Já ouvi falar. Eu percebo vantagem, acho que toda a campanha que a gente fizer vai gerar renda e emprego dentro do nosso Estado. Melhora a economia do Estado, com a melhora da economia automaticamente as outras questões estão contempladas, ajuda a sair da crise, melhora o índice de emprego.” **Indústria**

“Sim, conheço. Desde que isso não signifique que os gaúchos vão pagar mais caro pelos produtos... o que nós não podemos é incentivar que as pessoas comprem produtos que tem ou menor qualidade ou são mais caros. Então a resposta é que sim, desde que os produtos gaúchos tenham competitividade em relação aos produtos de outros estados.” **Comércio**

“Sim, conheço. Acho muito interesse quando o presidente da assembleia propôs essa discussão, esse debate. Dá prestígio para quem faz aqui, quem emprega aqui, quem paga imposto.” **Agronegócio**

08

PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Quem são os entrevistados?

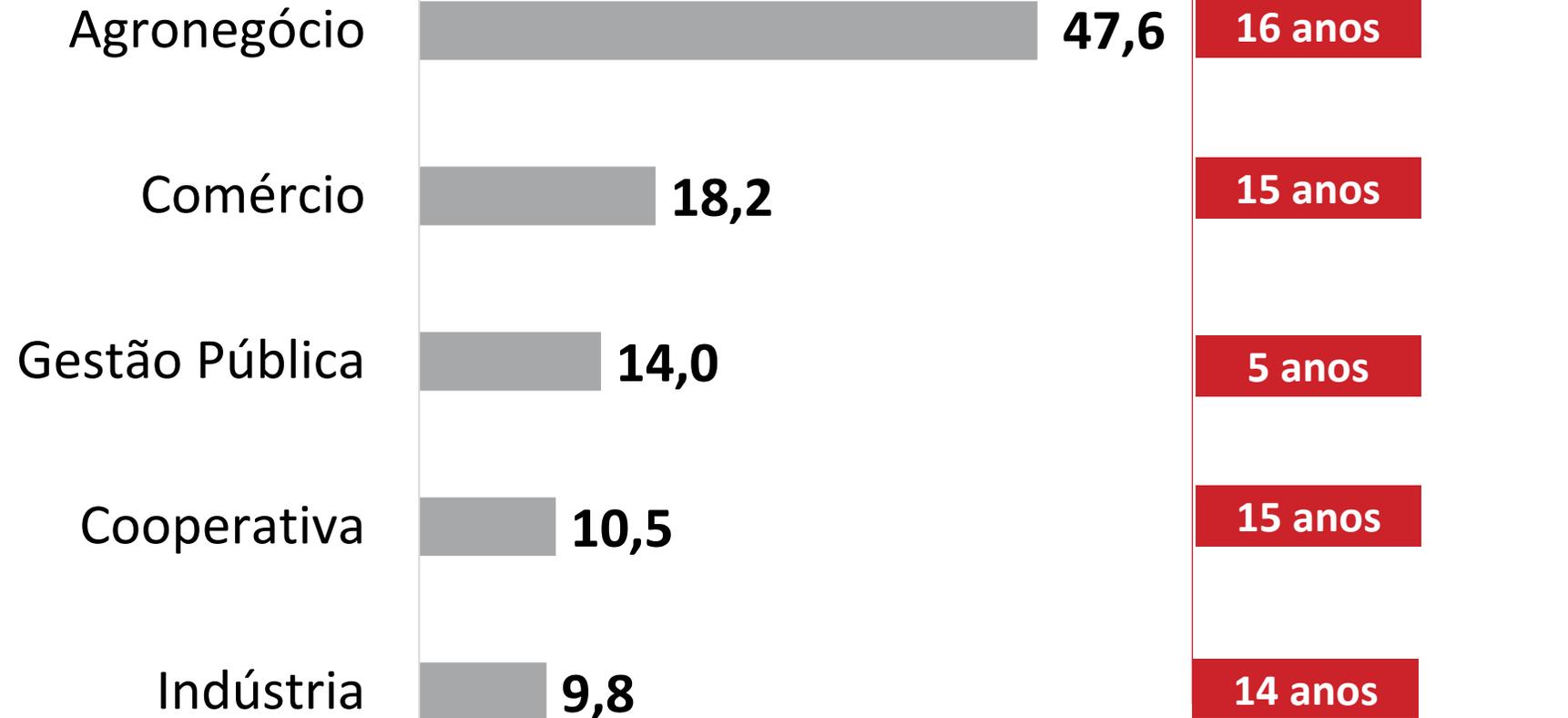
Grande parte



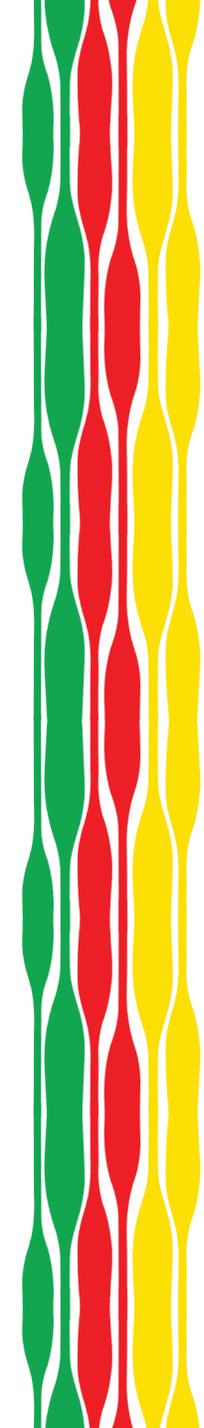
90%
são homens

Com
57 anos, em média

Atuam nos seguintes segmentos:



Síntese dos principais resultados



A pandemia trouxe impactos para o Estado...

59,4% tiveram **perdas financeiras** em seus setores. A **média** geral de perda foi de **28,3%**.

Estimam **2 anos**, em média, para se **recuperar**.

81,2% afirmam que seu segmento utilizou o **capital de giro emergencial**.

O principal destino do capital de giro emergencial foi para **fluxo de caixa e pagamento dos salários**, **59,2%**.

Mas há expectativa com o futuro...

53,1% projetam **crescimento** para 2021.

Esta expectativa está associada à **retomada econômica**, à **ampliação do consumo** e a **fatores climáticos favoráveis**.

A perspectiva de **retomada econômica** varia conforme o segmento...

Compartilham a percepção de que há uma **demanda reprimida**, que terá vazão em 2021. Para o Agronegócio e Cooperativas as exportações também fazem parte do plano de crescimento.

As empresas precisam de estímulo e redução de impostos para a retomada da produtividade e competitividade

Em sua opinião, a retomada da dinâmica da economia do RS depende:



30,2% afirmam que precisa de **ESTÍMULO AO EMPREENDEDOR**.

Esse estímulo inclui a redução da burocracia e diminuição das ações restritivas do Estado sobre a iniciativa privada.



22,8% mencionam a **MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO DE IMPOSTOS**.



21,2% citam o **FOMENTO À COMPETITIVIDADE**.

O Estado precisa de um replanejamento global que envolva a revisão de impostos, investimento em infraestrutura/logística e em tecnologia/ inovação.

A competitividade está associada diretamente à redução de impostos

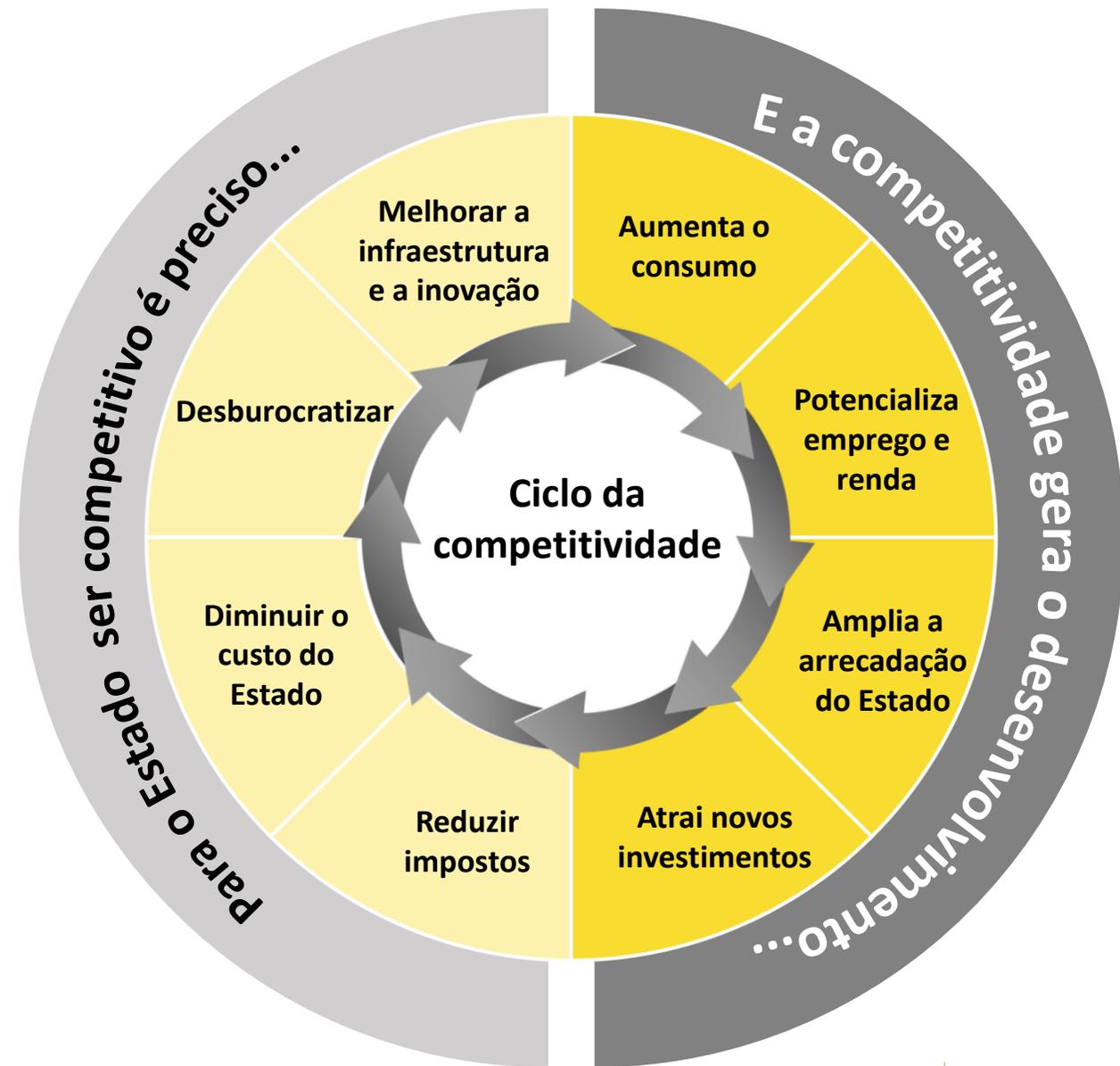
O debate sobre os **tributos** já é uma **demanda reprimida** do setor produtivo, que intensificou-se com a pandemia.

Para haver competitividade, o Estado precisa ter uma reforma tributária que vise o desenvolvimento.

Para metade dos representantes a redução de impostos é o principal fator para estimular a competitividade, e perpassa todo debate da pesquisa.

Os impostos, considerados altos, aumentam o custo dos produtos, retraem o consumo e fazem com que o RS perca em competitividade para outros estados, como Santa Catarina.

Segundo os entrevistados, uma carga tributária justa cria um círculo virtuoso de desenvolvimento



Além da reforma tributária as empresas precisam de apoio financeiro e estratégico...

E pensando na sobrevivência das empresas e na retomada da produtividade e da competitividade. O(a) Sr.(a) diria que elas necessitam...



38,0% mencionam o **ACESSO AO CRÉDITO.**

Um acesso ao crédito desburocratizado, com olhar para as particularidades de cada setor.



23,1% consideram a importância de **SOLUÇÕES CRIATIVAS.**

Encontrar novas formas para as dificuldades. A tecnologia/ inovação é uma aliada para auxiliar em soluções criativas.



17,9% indicam uma **NOVA MODELAGEM DE NEGÓCIOS.**

Nova modelagem de negócios a fim de diminuir custos, para ser mais competitivo.

A redução de impostos aparece com força em três questões da pesquisa...

A redução de impostos e a desoneração são propulsores para

62,9%

Como soluções para melhorar a produtividade e garantir o emprego.

Destaca-se ainda a importância da manutenção dos incentivos fiscais.



A desoneração das empresas e os incentivos fiscais são medidas essenciais para

34,5%

Como apoio para a indústria e o comércio no enfrentamento da recessão causada pela pandemia.

Registra-se que 35,5% indicam a ampliação de linhas de crédito e financiamento.



A redução de impostos é vital para

40,1%

Como fator para a retomada no pós-pandemia.

1/3 salienta a importância do incentivo e fomento às empresas.

Menos impostos, mais desenvolvimento

Em sua opinião, a redução de impostos sobre produtos gaúchos e criação de novas alíquotas será determinante para...

A redução de impostos e a criação de novas alíquotas é determinante para a **ampliação do consumo e das vendas (54,8%)**.

A desoneração permitiria melhores preços e maiores vendas. No mesmo sentido, o aumento da demanda exigiria a qualificação da oferta, impactando o mercado de trabalho e resultando em impostos para o Estado.



Todos os bancos públicos devem ter ações emergenciais

As ações emergenciais em auxílio a micro, pequenas e médias empresas devem prioritariamente ser atendidos por/pelo...

68,8%

Afirmam que **TODOS OS BANCOS PÚBLICOS** devem atender ações emergenciais em auxílio a micro, pequenas e médias empresas.

Dentro desse debate há os que defendem que a escolha do banco vai depender da **origem do auxílio**: quando vindos do **Governo Federal** devem ser responsabilidade dos **bancos públicos federais** (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil). Quando vindos do **Governo Estadual**, do **Banrisul**.

O Executivo e o Legislativo devem ser protagonistas da estabilidade política e jurídica

A estabilidade política e jurídica, que garanta investimentos, devem ser atribuição...

Deve haver uma união entre o Executivo e o Legislativo visando a estabilidade jurídica e política em prol dos investimentos no Estado.

Para os entrevistados, quem deve garantir a estabilidade são os agentes políticos eleitos pelo povo.

38,9%
Poder
Legislativo

O Legislativo tem o papel de fazer as leis, para minimizar a judicialização da política.

34,7%
Poder
Executivo

O Presidente e o Governador devem representar a estabilidade política e jurídica.

Políticas públicas para conter o aumento da pobreza

Focando soluções para conter o aumento da pobreza, além dos índices já existentes, pode-se propor...

Programas assistenciais

29,4%

Renda mínima para vulneráveis, distribuição de cestas básicas, restaurantes solidários.

Programas de moradia e de frentes de trabalho

27,9%

Criar condições dignas de moradia e criar frentes de trabalho e renda, recolocando essas pessoas no mercado de trabalho.

Apoio do Governo Federal

15,2%

Com previsão orçamentária de repasses federais para políticas sociais.

Geração de emprego

14,4%

Políticas públicas para gerar emprego, flexibilização de leis trabalhistas, estímulo ao empreendedorismo.

Prioridades para a gestão municipal no pós-pandemia

Do ponto de vista da gestão local (cidades), o que é indispensável propor para o pós-pandemia...

29,1%

Alteração urgente e significativa no **Pacto Federativo** (Fundo de Participação dos Municípios). A revisão do pacto federativo é uma meta considerada indispensável, **especialmente pelos gestores públicos**, que atuam diretamente na negociação junto ao Governo Federal.

28,0%

Enxugamento da máquina pública. Corte por um ano de reajuste ao funcionalismo e extinção de cargos. O enxugamento do funcionalismo seria prioritário **para a indústria e o comércio.**

16,6%

Instituir programas de cooperação – sociedade/empresas/prefeitura – de **atenção social.** As **cooperativas** apontam a necessidade de instituir programas de cooperação para atenção social.

As ações que os **MUNICÍPIOS** devem fazer para **RETOMAR SUA DINÂMICA ECONÔMICA**

Para que os municípios retomem sua dinâmica econômica, o mais importante é...

Incentivar cadeias produtivas

27,7%

dos entrevistados afirmam que o foco deve ser nos setores produtivos, em uma ação integrada, com ajuda dos governos Estadual e Federal.

Se aproximar do Governo Federal e do Estadual

22,4% acreditam

que neutralizar as disputas políticas auxilia para que todos tenham foco no mesmo objetivo.

Ampliação dos percentuais de repasses

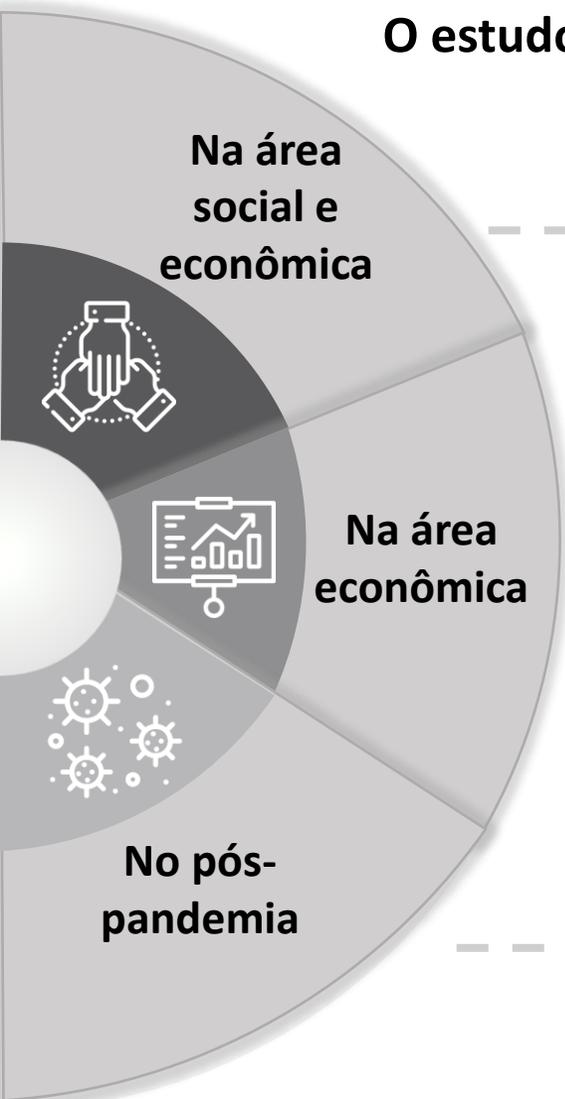
17,2% avaliam a necessidade de um percentual mais igualitário, pois o município tem uma alta carga tributária e menor retorno.

Ampliar força política da FAMURS e da CNM

15,4% indicam que para os municípios terem mais força nas reivindicações e uma melhor divisão dos recursos, do retorno, é importante ampliar a força da FAMURS e CNM.

A percepção sobre o papel do Legislativo

O estudo verificou a iniciativa prioritária da Assembleia Legislativa em três questões...



42,4% citam o incremento nos cursos profissionalizantes/educação

13,8% mencionam que devem legislar sobre teletrabalho

10,0% avaliam que devem incentivar cursos e exercício de profissões à distância

39,9% mencionam mais incentivos à indústria, ao comércio e aos serviços

25,4% defendem pauta econômica voltada ao aumento da produção

11,4% citam os programas permanentes de recuperação de empresas

28,0% indicam o fortalecimento da rede hospitalar do RS (com soluções regionais)

23,1% mencionam o fomento à produção e difusão de tecnologia

20,5% consideram que para o setor agrícola há urgência na tramitação de um anteprojeto de irrigação

Os parlamentares devem evitar pautas que onerem mais os gaúchos

E no pós-pandemia, tem alguma pauta ou agenda que os parlamentares gaúchos devam evitar?
O que seria?

16,5% Discussões ideológicas partidárias

12,4% Aumento de impostos

11,4% Aumento de salários/máquina pública

36,8% nenhuma ou não sabem

Para unir forças com **foco** no **crescimento econômico**.

Para não prejudicar a **competitividade**, em um cenário que já tem uma alta carga tributária, incentivando assim o aumento da **produção**.

A máquina estatal precisa de **equilíbrio** entre o que custa e sua **eficiência**. Não é hora de aumentar o custo para os contribuintes.

FÓRUM DE COMBATE AO COLAPSO SOCIAL E ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL

#JUNTOSCONTRAOCORONAVÍRUS

O Fórum é
conhecido por
37,7% dos
entrevistados.



Mas é um tipo de iniciativa avaliada **positivamente** pela maior parte, **76,5%** (ótimo e bom). Os que acompanharam possuem uma avaliação positiva maior que a média geral.



Essas iniciativas unem uma região em prol de um objetivo em comum, priorizando as políticas necessárias de investimento.



Quem
conhece,
avalia de
forma
positiva.

A pesquisa utilizou três indicadores para avaliar a perspectiva comportamental da sociedade com a gestão pública:

1º

Desempenho

A população tende a analisar o **desempenho da gestão pública** e do parlamento com a **mesma avaliação** de antes da pandemia, 41,0%.

2º

Interesse

Mas, por outro lado, afirma que terá **mais interesse** pelas **decisões governamentais**, 60,8%.

3º

Solidariedade

Acreditam que a tendência de organização da vida social, no pós-pandemia será através da **solidariedade**, 53,6%.

Haverá mudanças nas práticas e alterações no cenário político

O pós-pandemia poderá decretar mudanças nas práticas e alterações no cenário político com reflexos nos municípios, estados e país, tais como...

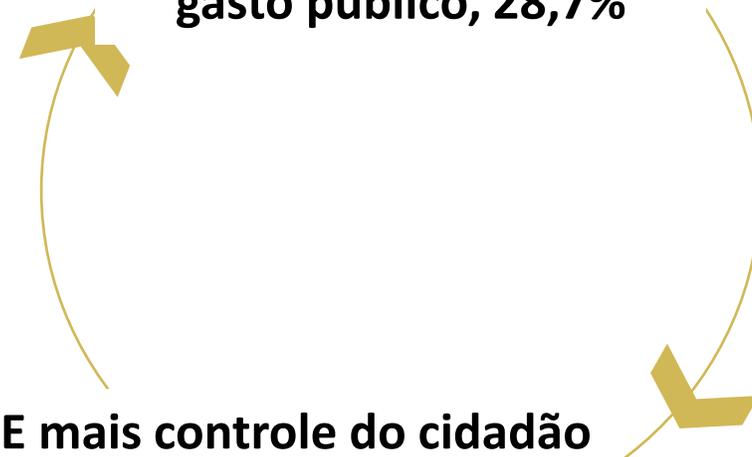
Quando o cenário muda o comportamento social também sofre transformações.

O pós-pandemia vai transformar a relação entre políticos e eleitores em uma via de mão dupla, em que um sofrerá influência do outro...



Haverá mais gestão de qualidade na decisão do gasto público, 28,7%

E mais controle do cidadão sobre os agentes políticos e órgãos públicos, 22,4%



A missão prioritária dos prefeitos a partir de 2021 é estimular a economia local

Na liderança das cidades, qual será a missão prioritária dos prefeitos a partir de 2021?

A prioridade no pós-pandemia é restabelecer a economia através do incentivo à produção local e resgatar o espírito de comunidade entre as pessoas através da cooperação.

Incentivo à produção local (46,4%)

Os municípios como protagonistas desse papel, para fazer girar a economia e gerar emprego e renda.

Tornar a cidade mais confiante com ações de interação e cooperação entre as pessoas (22,6%)

Para neutralizar os danos econômicos, sociais e emocionais causados pela pandemia. Restabelecendo a confiança ou empatia com os políticos.

A Campanha Escolha de Valor é conhecida e bem avaliada



68,8%

Conhecem + Ouviram falar

E percebem **vantagens** na política de incentivo à compra de produtos gaúchos por ajudar no **crescimento da economia** do RS.

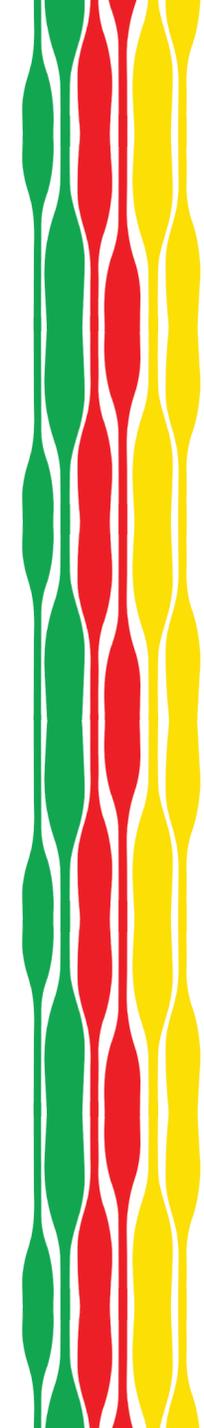
Vantagens:

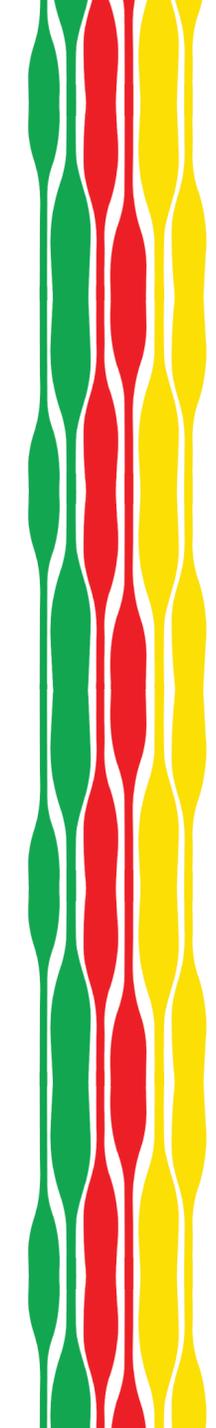
- ↳ Desenvolve toda a cadeia produtiva
- ↳ Aumenta a produção
- ↳ Gera mais emprego e renda

Desafios:

- ↳ O produto gaúcho ser atrativo em outros estados
- ↳ Ter produtos de qualidade, duráveis
- ↳ Não encarecer o produto para o consumidor

O principal aprendizado do estudo





O Estado necessita de uma reforma tributária voltada para a competitividade

O Estado precisa parar de “correr atrás” de reformas tributárias que objetivem resolver “o seu problema financeiro.” Precisa pensar em uma reforma tributária que desonere as empresas, tenha como foco o desenvolvimento econômico e social do RS, criando um crescimento sistêmico “onde todos irão ganhar.”

| O principal aprendizado do estudo



A retomada econômica depende da reforma tributária

A pandemia ampliou a necessidade de reforma tributária, fazendo com que os entrevistados resgatassem a temática, durante a pesquisa, “como a forma de fazer a coisa certa.”

Uma reforma tributária que vise o desenvolvimento do Estado é um projeto que trará benefícios financeiros para o próprio Estado, em médio e longo prazo. O Estado é vital para fomentar a competitividade das empresas, mas para isso é necessário que tenha uma carga tributária justa, um processo de desburocratização permanente, uma infraestrutura que favoreça a logística e investimentos constantes em inovação e tecnologia.

| O principal aprendizado do estudo

UMA VISÃO SOBRE CADA SEGMENTO

Análise complementar



As dores do Agronegócio...

A principal “dor” do agronegócio está relacionada à instabilidade climática. O setor ainda se recupera do período de **ESTIAGEM** entre 2019 e 2020 e sente-se vulnerável pela situação de dependência dessa condição variável.

As medidas de auxílio oferecidas pelo Governo são consideradas limitadas e burocráticas. Sentem falta de um acesso mais fácil ao **CRÉDITO** e a **FINANCIAMENTOS**.

| Uma visão sobre cada segmento

Agronegócio

... e suas expectativas para o futuro

Além da expectativa de um clima mais favorável, o agro alimenta projeções positivas baseado na **ALTA NO PREÇO DOS PRODUTOS**, decorrente da valorização pelo aumento da demanda interna e externa.

Apostam na força do **COOPERATIVISMO** como propulsor da atividade, sendo protagonista de crescimento e geração de renda.



As dores da Indústria...

A indústria foi impactada pela elevação no custo de produção e reclama da falta de incentivos governamentais. O setor se ressentiu da **ALTA NOS PREÇOS** e **ESCASSEZ** de insumos e de matéria-prima, o que ampliou a sensação de baixa **COMPETITIVIDADE** frente aos demais estados.

O peso da **CARGA TRIBUTÁRIA** do RS também incide sobre o setor e contribuiu para uma visão negativa de competitividade.

| **Uma visão sobre cada segmento**

Indústria

... e suas expectativas para o futuro

O setor defende que o crescimento depende de um ambiente com **MENOS IMPOSTOS** e taxas mais justas. Também sustentam uma perspectiva de retomada baseada na busca de **SOLUÇÕES CRIATIVAS** e no **AUMENTO DAS EXPORTAÇÕES**.

Consideram a **TECNOLOGIA** o seu principal aliado para o desenvolvimento e expansão da produção.



As dores do Comércio...

A maior “dor” do comércio é, sem dúvida, a **CARGA TRIBUTÁRIA**. A taxaço é o grande entrave percebido pelo setor, cuja projeção de crescimento é associada à **DESONERAÇÃO** das empresas somada a um **AUMENTO DOS INCENTIVOS**.

Há também a preocupação relacionada à **REDUÇÃO DO PODER DE CONSUMO**, amenizado pelo auxílio emergencial, mas agravado pelas **MEDIDAS RESTRITIVAS**.

| Uma visão sobre cada segmento

Comércio

... e suas expectativas para o futuro

Será de **AMPLIAÇÃO DAS VENDAS**. A demanda reprimida pela pandemia, deverá ter vazão em 2021.

Também propõem que as **MICRO E PEQUENAS EMPRESAS** sejam fortalecidas com políticas de desburocratização e apoio ao desenvolvimento.



As dores das Cooperativas...

Nas cooperativas, a análise é de que **FALTAM ESTÍMULOS AOS EMPREENDEDORES**. A carência de incentivos, seja pela desoneração ou pela própria oferta de financiamentos, obstrui a expansão do setor e impede a ampliação da oferta de emprego e renda.

Também indicam a falta de linhas de **CRÉDITO** e **FINANCIAMENTOS**, principalmente para **MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**.

| Uma visão sobre cada segmento

Cooperativas

... e suas expectativas para o futuro

A saída para uma nova realidade, na visão das cooperativas, precisa ter raízes no **INCENTIVO ÀS CADEIAS PRODUTIVAS E À COOPERAÇÃO**. As cooperativas ligadas ao agronegócio também não sentiram os impactos da Covid-19 e conta ainda com a **VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS** e a expansão da exportação de *commodities*.

Reforçam a importância de **PROMOVER O CONSUMO LOCAL**, como forma de fomentar a economia e valorizar a produção.



As dores da Gestão pública...

Os desdobramentos da **PANDEMIA** são o grande problema enfrentado pela gestão pública. Administrar os cenários decorrentes da crise sanitária exigiu resiliência e improviso, em uma realidade que já era de **RECURSOS FINANCEIROS ESCASSOS**. O receio da redução dos **REPASSES DO GOVERNO FEDERAL** em 2021 traz ainda mais incertezas.

Além disso, os gestores citam o **VALOR DO ICMS** como limitador, de forma mais direta, do desenvolvimento dos municípios.

| Uma visão sobre cada segmento

Gestão pública

... e suas expectativas para o futuro

Mais do que a expectativa, a esperança de retomada do crescimento está depositada na **VACINAÇÃO**. Para os gestores, é também fundamental a disponibilidade de **MAIS CRÉDITO** do Estado e da União (programas de renda) para a população.

Consideram urgente a revisão do **PACTO FEDERATIVO**, para que o processo de divisão dos recursos seja mais claro, objetivo e justo.



Instituto Pesquisas de Opinião

Elis Radmann

Cientista social e política

(51) 99108.8439 | elis@ipo.inf.br

Porto Alegre / RS

Rua São Manoel, 239 | (51) 3286.6156

Pelotas/ RS

Rua Padre Anchieta, 1007 | (53) 3278.2511

 ipo.inf.br

 fb.com/ipo.br

 ipo.pesquisa

 instituto.ipo



Assembleia Legislativa

Estado do Rio Grande do Sul

 **CONFIRMA BRASIL**

Praça Marechal Deodoro, 101 - **Porto Alegre/RS**

Cep 90010-300 - PABX (51) 3210.2000

 al.rs.gov.br

 fb.com/assembleiars

 assembleiars

 assembleiars